



# EUROJUST

Relatório Anual 2012



© Eurojust, 2013

Esta publicação abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

Catalogue number: QP-AA-13-001-PT-C

ISBN: 978-92-95084-42-1

ISSN: 1831-4376

DOI: 10.2812/54131

*For enquiries:*

Phone: + 31 70 412 5000

E-mail: [info@eurojust.europa.eu](mailto:info@eurojust.europa.eu)

Website: [www.eurojust.europa.eu](http://www.eurojust.europa.eu)



## Relatório Anual 2012



É aspiração da Eurojust desempenhar um papel preponderante e constituir o centro pericial de referência a nível judiciário no combate à criminalidade organizada Transfronteiriça na União Europeia.

# Índice

Nota sobre a Decisão Eurojust .....	5
Lista de acrónimos .....	5
Preâmbulo.....	7
Síntese.....	8
Décimo aniversário da Eurojust .....	10
<i>Celebrações na Nieuwe Kerk e no Ridderzaal, 27 e 28 de fevereiro de 2012</i> .....	11
<i>Visita de Sua Majestade a Rainha Beatriz dos Países Baixos</i> .....	11
<b>1. ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b>	<b>14</b>
1.1 Introdução.....	15
1.2 Perspetiva geral do tratamento de casos da Eurojust.....	15
<i>Problemas gerais e boas práticas no tratamento de casos da Eurojust</i> .....	15
<i>Reuniões de coordenação</i> .....	17
<i>Centros de coordenação</i> .....	18
<i>Artigos 6.º e 7.º da Decisão Eurojust</i> .....	18
<i>Convenções de Auxílio Judiciário Mútuo</i> .....	19
<i>Questões relacionadas com a obtenção e a admissibilidade da prova</i> .....	20
<i>Prevenção e resolução de conflitos de competência</i> .....	20
<i>Transferência de procedimentos penais</i> .....	21
<i>Intercâmbio de registos criminais</i> .....	21
<i>Mandados de Detenção Europeus</i> .....	22
<i>Decisões de Apreensão</i> .....	24
<i>Perda e recuperação de bens</i> .....	25
<i>Entregas controladas</i> .....	25
1.3 Panorâmica das atividades da Eurojust em áreas de criminalidade prioritárias .....	26
<i>Terrorismo</i> .....	26
<i>Tráfico de estupefacientes</i> .....	27
<i>Tráfico de seres humanos</i> .....	28
<i>Fraude</i> .....	30
<i>Corrupção</i> .....	30
<i>Cibercriminalidade</i> .....	31
<i>Branqueamento de capitais</i> .....	32
<i>Grupos de criminalidade organizada itinerantes</i> .....	33
<i>Imigração ilegal</i> .....	34
<i>Infrações lesivas dos interesses financeiros da UE</i> .....	34
<i>Ponto de Contacto para a Proteção das Crianças na Eurojust – Infrações Penais contra as crianças</i> .....	35
1.4 Equipas de investigação conjuntas.....	36
<i>Apoio financeiro da Eurojust às operações das Equipas de Investigação Conjuntas</i> .....	37
1.5 Tratamento de casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros.....	38
<i>Magistrados de Ligação de Estados terceiros destacados na Eurojust</i> .....	39
1.6 A Eurojust e as redes especializadas .....	40
<i>Rede Judiciária Europeia</i> .....	40
<i>Rede de Equipas de Investigação Conjuntas (EIC)</i> .....	40
<i>Rede Genocídio</i> .....	40



<b>2.</b>	<b>RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA E PARCEIROS .....</b>	<b>42</b>
2.1	Relações institucionais .....	43
	<i>Parlamento Europeu.....</i>	<i>43</i>
	<i>Conselho da União Europeia.....</i>	<i>43</i>
	<i>Comissão Europeia.....</i>	<i>43</i>
2.2	Relações com as redes especializadas .....	44
	<i>Rede Europeia de Formação Judiciária .....</i>	<i>44</i>
	<i>Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais e Diretores do Ministério Público dos Estados-Membros da União Europeia.....</i>	<i>44</i>
2.3	Instituições e órgãos da União Europeia.....	45
	<i>Europol.....</i>	<i>45</i>
	<i>Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude.....</i>	<i>45</i>
	<i>Frontex.....</i>	<i>46</i>
	<i>CEPOL.....</i>	<i>46</i>
2.4	Relações com Estados terceiros e organizações fora da União Europeia .....	46
<b>3.</b>	<b>A DECISÃO EUROJUST E O FUTURO .....</b>	<b>48</b>
3.1	Aplicação da Decisão do Conselho relativa à Eurojust.....	49
3.2	Sexta ronda de avaliações mútuas sobre a aplicação prática e o funcionamento nos Estados-Membros das Decisões relativas à Eurojust e à Rede Judiciária Europeia.....	49
3.3	<i>Task Force</i> sobre o Futuro da Eurojust.....	50
3.4	Conferência sobre os Dez anos da Eurojust, realizações operacionais e desafios futuros.....	50
<b>4.</b>	<b>DESENVOLVIMENTOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>52</b>
4.1	Desenvolvimentos administrativos.....	53
4.2	Acesso público aos documentos.....	53
<b>5.</b>	<b>ACOMPANHAMENTO DAS CONCLUSÕES DO CONSELHO .....</b>	<b>56</b>
	<b>ANEXO: ESTATÍSTICAS RELATIVAS A 2012.....</b>	<b>58</b>
	<i>Gráfico 1 - Evolução dos casos 2002-2012 .....</i>	<i>59</i>
	<i>Gráfico 2 - Casos bilaterais/multilaterais por cada Representação Nacional 2012 .....</i>	<i>59</i>
	<i>Gráfico 3 - Casos abertos/concluídos 2003-2012 .....</i>	<i>60</i>
	<i>Gráfico 4 - Classificação geral de casos .....</i>	<i>60</i>
	<i>Gráfico 5 - Tipos de criminalidade prioritários em casos da Eurojust .....</i>	<i>61</i>
	<i>Gráfico 6 - Tipos de criminalidade prioritários e outros tipos de criminalidade no âmbito dos casos da Eurojust .....</i>	<i>61</i>
	<i>Gráfico 7 - Casos da Eurojust por países requerentes .....</i>	<i>62</i>
	<i>Gráfico 8 - Casos da Eurojust por países requeridos .....</i>	<i>62</i>
	<i>Gráfico 9 - Número total de reuniões de coordenação .....</i>	<i>63</i>
	<i>Gráfico 10 - Reuniões de coordenação por países requerentes .....</i>	<i>63</i>
	<i>Gráfico 11 - Reuniões de coordenação por países requeridos .....</i>	<i>64</i>

# Nota sobre a Decisão Eurojust

Decisão Eurojust – A Decisão do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade, alterada pela Decisão do Conselho 2009/426/JAI, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da

Eurojust, é adiante designada por «Decisão Eurojust». Uma versão consolidada da Decisão Eurojust, preparada pelo Secretariado Geral do Conselho, apenas para efeitos de informação, encontra-se disponível na Internet, em [www.eurojust.europa.eu](http://www.eurojust.europa.eu).

## Lista de acrónimos

CMS	Sistema de Gestão de Casos
CP	Coordenação Permanente
CR	Carta rogatória
DEI	Decisão Europeia de Investigação
EIC	Equipa de Investigação Conjunta
EPPO	Procuradoria Europeia
GCO	Grupo de criminalidade organizada
MDE	Mandado de Detenção Europeu
MLA	Auxílio Judiciário Mútuo
OCTA	Relatório de Avaliação de Ameaças da Criminalidade Organizada
SNCE	Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust
TE-SAT	Relatório sobre a Avaliação do Terrorismo e suas Tendências
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Tratado de Lisboa)
TSH	Tráfico de seres humanos



Parcerias fortes constituem a chave do progresso no domínio da cooperação em prol da satisfação das necessidades dos cidadãos, no sentido de uma Europa mais segura, mais livre e mais justa.



# Preâmbulo

É com prazer que apresento o décimo primeiro relatório anual, que faz o balanço das atividades operacionais, dos desenvolvimentos organizacionais e das relações de parceria da Eurojust em 2012.

A Eurojust tem continuado a fazer progressos no que respeita ao apoio e ao reforço da coordenação e da cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela investigação e a instauração de procedimentos penais dos Estados Membros na resposta aos casos de criminalidade grave transnacional.

Os instrumentos únicos da Eurojust, as reuniões de coordenação e os centros de coordenação, são frequentemente utilizados e valorizados pelos profissionais para agilizar as operações, facilitar o seguimento judiciário imediato, e resolver as dificuldades jurídicas e práticas resultantes das diferenças entre os 30 sistemas jurídicos existentes na União Europeia.

As tendências positivas e os resultados obtidos pelas equipas de investigação conjuntas, um instrumento de cooperação que aplica os princípios do reconhecimento mútuo e da confiança mútua, devem ser igualmente realçados. A Eurojust orgulha-se de ser uma força motriz do bom funcionamento das equipas de investigação conjuntas, às quais presta assistência através da disponibilização de aconselhamento especializado, do acolhimento do Secretariado da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas (EIC)



e do Projeto de Financiamento de Equipas de Investigação Conjuntas.

A Eurojust mantém o compromisso de combater os tipos de criminalidade prioritários para a UE de forma coordenada, coerente e abrangente e de levar a tribunal os respetivos autores, colaborando para o efeito com a Europol e outras Instituições de Justiça e Assuntos Internos, bem como com outros intervenientes fundamentais neste domínio.

Os relatórios estratégicos da Eurojust sobre o tráfico de estupefacientes e o tráfico de seres humanos, disponíveis no sítio web da Eurojust, destacam as principais dificuldades sentidas no intercâmbio de informações, na coordenação dos esforços, na execução do auxílio judiciário mútuo e na aplicação dos instrumentos de cooperação judiciária, apresentando soluções para superar os problemas identificados.

As alterações introduzidas pela Decisão Eurojust reforçam as capacidades operacionais da Eurojust e os seus laços com as autoridades nacionais competentes dos Estados Membros. A sexta ronda de avaliações mútuas sobre a aplicação da Decisão Eurojust nos Estados Membros, iniciada em maio de 2012, proporcionará o impulso necessário para que ela seja integralmente aplicada e ajudará a identificar tanto as insuficiências como as boas práticas.

Com a entrada em vigor do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), a Eurojust também prosseguiu o trabalho de reflexão, em diversas instâncias, sobre as suas perspetivas de reforço futuro e a possibilidade de criação de uma Procuradoria Europeia «a partir» da Eurojust.

Neste ano memorável, a Eurojust celebrou o seu décimo aniversário, eu fui eleita sua Presidente em abril e Carlos Zeyen, Membro Nacional do Luxemburgo, foi eleito Vice Presidente em maio.

Olhando retrospectivamente as realizações destes dez anos, concluímos que a Eurojust já atingiu a «velocidade de cruzeiro». Na minha qualidade de Presidente da Eurojust, posso afirmar que, face ao futuro e aos novos desafios que nos aguardam, a nossa experiência e os conhecimentos especializados que adquirimos nos dão confiança para explorar e concretizar todo o nosso potencial.

**Michèle CONINSX**  
Presidente da Eurojust

# Síntese

O número de casos em que os Estados Membros solicitaram a assistência da Eurojust na luta contra as formas graves de criminalidade transnacional aumentou 6,4 %, de 1 441 casos em 2011 para 1 533 casos em 2012. Os dados a seguir apresentados mostram o desenvolvimento do papel de coordenação e facilitação desempenhado pela Eurojust:

- ▶ Em 2012 as reuniões de coordenação sofreram uma ligeira diminuição em comparação com o ano anterior, de 204 para 194, a qual poderá refletir uma utilização mais eficiente desse instrumento.
- ▶ O número de centros de coordenação (sete) permaneceu idêntico ao de 2011.
- ▶ O envolvimento da Eurojust na criação de equipas de investigação conjuntas (EIC) aumentou 42 %, de 33 em 2011 para 47 em 2012.
- ▶ Verificou-se uma utilização combinada destes instrumentos de coordenação.
- ▶ Foram registados 259 casos referentes à execução de mandados de detenção europeus.
- ▶ Observou-se um maior envolvimento dos Magistrados de Ligação na Eurojust, com especial destaque para a Noruega.
- ▶ Em 2012, aumentaram os casos tratados pela Eurojust nas seguintes áreas de criminalidade prioritárias da União Europeia: fraude; tráfico de estupefacientes; grupos de criminalidade organizada (itinerantes); branqueamento de capitais; cibercriminalidade; terrorismo, e corrupção.
- ▶ A Eurojust publicou dois relatórios estratégicos em 2012, posteriormente publicados como documentos da União Europeia:
  - «*Alargamento do trabalho da Eurojust em casos de tráfico de estupefacientes*», que salienta a complexidade das atividades necessárias para coordenar os casos de tráfico de estupefacientes a alto nível; e
  - *A ação da Eurojust contra o tráfico de seres humanos: Relatório Final e Plano de Ação para 2012 – 2016.*
- ▶ A sexta ronda de avaliações mútuas, consagrada à aplicação prática e ao funcionamento da Deci-

## Colégio dos Membros Nacionais para a Eurojust, março de 2013



*Sentados, da esquerda para a direita:* Laima Čekelienė, LT; João Manuel da Silva Miguel, PT; Robert Sheehan, IE; Francesco Lo Voi, IT; Raivo Sepp, EE, Vice-Presidente; Michèle Coninx, BE, Presidente; Carlos Zeyen, LU; Vice-Presidente; Donatella Frendo Dimech, MT; Lampros Patsavellas, EL; Mariana Lilova, BG; Gunars Bundzis, LV.

*Em pé, da esquerda para a direita:* László Venczl, HU; Francisco Jiménez-Villarejo, ES; Jolien Kuitert, NL; Lukáš Starý, CZ; Jesper Hjortenbergh, DK; Hans-Holger Herrnfeld, DE; Harri Tiesmaa, FI; Leif Gørts, SE; Frances Kennah, UK; Daniela Buruiană, RO; Sylvie Petit-Leclair, FR; Mariusz Skowroński, PL; Ingrid Maschl-Clausen, AT; Malči Gabrijelčič, SL; Ladislav Hamran, SK; Katerina Loizou, CY.

são Eurojust nos Estados Membros, teve início em maio de 2012 e ficará concluída em 2014. No final de 2012, com base nas informações facultadas pelos Estados Membros, 11 Estados Membros ainda não tinham aplicado a referida decisão. A Eurojust espera que a sexta ronda de avaliações mútuas proporcione aos Estados Membros o estímulo necessário para a aplicarem integralmente.

- ▶ Aplicação da Decisão Eurojust a nível interno: prosseguiram os trabalhos no âmbito do Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust (SNCE) com vista a uma transmissão de correio eletrónico segura; ao pleno funcionamento da Coordenação Permanente (CP); ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Casos (CMS) e ao desenvolvimento do formulário «inteligente» em PDF nos termos do artigo 13.º. Além disso, realizou-se uma primeira reunião dos correspondentes nacionais, para debater e partilhar boas práticas e experiências, bem como para fazer o ponto da situação sobre o arranque e o funcionamento do SNCE nos Estados Membros.
- ▶ A *Task Force* sobre o Futuro da Eurojust está a funcionar desde 2009. Tendo em conta as propostas relativas ao artigo 85.º do TFUE anunciadas pela Comissão, a *Task Force* prosseguiu as suas atividades de reflexão sobre a reforma da Eurojust, in-

cluindo sobre possíveis estruturas de governação e o envolvimento do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais na avaliação das suas atividades. A *Task Force* também deu continuidade às atividades referentes ao artigo 86.º do TFUE relativo à instituição de uma Procuradoria Europeia (EPPO).

- ▶ Memorando de Entendimento entre a Eurojust e a Comissão: em 20 de julho de 2012, a Eurojust e a Comissão Europeia assinaram um Memorando de Entendimento que formaliza o intercâmbio de informação e procura reforçar a cooperação em questões de interesse mútuo.

#### ▶ Desenvolvimentos Administrativos

- Em 2012, trabalhavam regularmente na Eurojust, em Haia, 45 procuradores, juízes e oficiais de polícia.
- O orçamento da Eurojust para 2012 foi de 32 967 000 EUR, tendo a execução orçamental atingido a percentagem recorde de 98 %.
- O número de EIC que a Eurojust apoiou financeiramente quase duplicou em comparação com o de 2011, elevando-se a 62 EIC, que envolvem 22 Estados Membros.





Décimo aniversário da Eurojust



## Celebrações na Nieuwe Kerk e no Ridderzaal, 27 e 28 de fevereiro de 2012

Em 28 de fevereiro de 2012, a Eurojust comemorou um importante marco histórico: o seu 10.º aniversário. Para celebrar a ocasião, realizaram-se dois eventos. Na noite de 27 de fevereiro, a Eurojust realizou a sua ALUMNIght na Nieuwe Kerk, em Haia, com a presença de embaixadores, ministros da Justiça e altos representantes do Conselho, da Comissão e do Parlamento Europeu. Os anteriores e atual presidente da Eurojust, bem como os Membros Nacionais e o pessoal administrativo que contribuíram para o seu desenvolvimento, foram entrevistados. Procedeu-se ainda ao visionamento do primeiro filme promocional da Eurojust e ao lançamento do seu novo sítio web.

Na manhã seguinte, como prelúdio à reunião informal do Conselho de Ministros da Justiça e dos Assuntos Internos sob a Presidência dinamarquesa do Conselho da União Europeia, funcionários de alto nível prestaram homenagem à Eurojust no histórico Ridderzaal, em Haia. Usaram da palavra os seguintes oradores: Sua Excelência I.W. Opstelten, Ministro da Justiça dos Países Baixos, em representação de Sua Majestade a Rainha Beatriz, Morten Bødskov, Ministro da Justiça da Dinamarca, J.J. van Aartsen, Presidente da Câmara

de Haia, Aled Williams, Presidente da Eurojust, Gilles de Kerchove, Coordenador da Luta contra o Terrorismo da União Europeia, Myria Vassiliadou, Coordenadora da Luta contra o Tráfico de Seres Humanos da União Europeia, e Françoise Le Bail, Diretora-Geral da Justiça da Comissão Europeia, em representação de Viviane Reding, Vice-Presidente e Comissária da Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania.

Após a cerimónia de abertura realizou-se uma conferência em que participaram Aled Williams, os dois Vice-Presidentes da Eurojust, Michèle Coninx e Raimo Sepp, e ainda Morten Bødskov, Gilles de Kerchove e Françoise Le Bail.

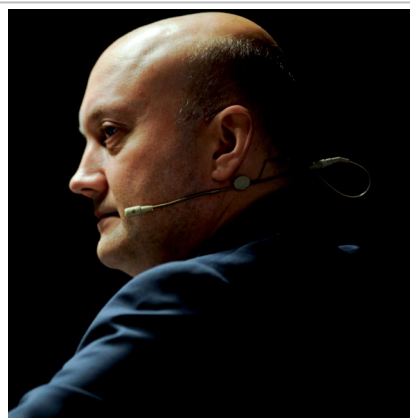
A reunião informal do Conselho de Ministros da Justiça e dos Assuntos Internos que se seguiu à cerimónia de abertura foi subordinada ao seguinte tema: *As principais realizações e o desenvolvimento futuro da Eurojust: como reforçar o papel da Eurojust na cooperação judiciária entre as autoridades competentes para a investigação e o exercício da ação penal dos Estados Membros.*

## Visita de Sua Majestade a Rainha Beatriz dos Países Baixos

No contexto das celebrações do Décimo aniversário da Eurojust, a Presidente da Eurojust, Michèle Coninx, teve a grande honra de receber, nas instalações da Eurojust, a visita de Sua Majestade a Rainha Beatriz dos Países Baixos, no dia 26 de setembro de 2012. Sua Majestade encontrou-se com os Membros Nacionais e os Magistrados de Ligação, bem como com os funcionários administrativos, tendo sido apresenta-

da uma obra de arte em cristal especialmente encomendada para ficar como recordação comemorativa da sua visita. Foram efetuadas várias apresentações sobre a Eurojust, a sua história e os casos que trata, tendo Sua Majestade mostrado estar bem informada sobre o trabalho da Eurojust e os desafios que a União Europeia tem de enfrentar na luta contra as formas graves de criminalidade transnacional.













Atividades operacionais

## 1.1 Introdução

As prioridades da Eurojust para 2012, adotadas em conformidade com as conclusões do Conselho que fixam as prioridades da União Europeia em matéria de luta contra a criminalidade organizada, são o terrorismo, o tráfico de estupefacientes, o tráfico de seres humanos, a fraude, a corrupção, a cibercriminalidade (incluindo imagens de abuso sexual de crianças), o branqueamento de capitais, a criminalidade organizada (incluindo os grupos de criminalidade organizada (itinerantes), a imigração ilegal e as infrações penais lesivas dos interesses financeiros da UE (as denominadas infrações *PIF*). O tratamento de casos operacionais da Eurojust nestes domínios, incluindo os obstáculos e as boas práticas identificadas, bem como as suas iniciativas e contribuições estratégicas, são a seguir descritos em pormenor.

Em 2012, a Eurojust prestou assistência aos Estados Membros em 1 533 casos registados, o que representa um aumento de 6,4 % em relação a 2011, sendo que aproximadamente 20 % envolveram três ou mais países e 78 % envolveram os tipos de criminalidade prioritária na UE acima mencionados. Os restantes casos incluíram, na sua maioria, outros tipos de criminalidade que não os referidos no artigo 4.º, n.º 1, da Decisão Eurojust e para os quais as autoridades competentes

dos Estados Membros pediram a assistência da Eurojust (artigo 4.º, n.º 2 da Decisão Eurojust), seguidos pelos atentados contra a vida, a integridade física e a liberdade individual. No anexo são apresentados dados quantitativos pormenorizados sobre o tratamento de casos e o envolvimento dos Estados Membros.

Os profissionais consideram que as reuniões de coordenação da Eurojust são um dos seus principais instrumentos, por porem em contacto direto as autoridades judiciais e policiais. Embora o número global de reuniões de coordenação tenha diminuído ligeiramente em 2012, para 194, comparativamente às 204 realizadas em 2011, esta redução reflete uma utilização mais eficiente desse instrumento. Cerca de 55 % das reuniões de coordenação envolveram três ou mais países e 89% abordaram tipos de criminalidade prioritários.

Tal como em 2011, estabeleceram-se sete centros de coordenação na Eurojust em 2012.

O envolvimento da Eurojust na criação de equipas de investigação conjuntas aumentou 42 %, elevando-se para 47 comparativamente a 33 em 2011, e o número de EIC que receberam apoio financeiro da Eurojust quase duplicou em relação a 2011, sendo agora 62 no total.

## 1.2 Perspetiva geral do tratamento de casos da Eurojust

### Problemas gerais e boas práticas no tratamento de casos da Eurojust

O tratamento de casos da Eurojust em 2012 reflete o seu empenhamento permanente na resolução de dificuldades sentidas em casos de criminalidade grave transnacional. A Eurojust facilitou a execução dos pedidos de cooperação judiciária e das respetivas decisões, prestando assistência às autoridades competentes dos Estados Membros na eliminação dos obstáculos jurídicos e práticos que elas enfrentam nas suas investigações e procedimentos penais.

Continuaram a surgir obstáculos jurídicos devido às diferenças entre os sistemas jurídicos dos Estados Membros e às suas regras sobre a admissibilidade da prova, designadamente no que diz respeito à interceção de telecomunicações. A disparidade dos procedimentos

utilizados nas buscas domiciliárias e na recolha de testemunhos, bem como das regras de conservação de dados nos diversos Estados Membros, sobretudo em casos relativos à cibercriminalidade, mas também em relação a outras formas de criminalidade organizada, têm suscitado dificuldades. Estas questões podem ser resolvidas numa fase inicial da investigação através da coordenação, explicando-se a todas as partes envolvidas as normas processuais e os requisitos de prova que devem ser levados em conta na preparação das cartas rogatórias.

Entre outras dificuldades de ordem mais prática figuram os pedidos de assistência específicos respeitantes i) à identificação da autoridade nacional competente para emitir uma autorização judicial em casos de vigilância transfronteiriça e de entrega controlada; ii) a problemas de organização das reuniões de coordenação.

ção resultantes do facto de as autoridades nacionais darem prioridade ao seu trabalho a nível interno; iii) às dificuldades sentidas pelas autoridades nacionais no acesso aos registos de empresas, principalmente em casos de criminalidade financeira e económica; e iv) às dificuldades em persuadir outros Estados Membros a iniciarem uma investigação em paralelo ou em fornecer-lhes provas materiais suficientes e admissíveis para o fazerem.

Um fornecimento espontâneo de informações nos termos do artigo 7.º da Convenção relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo de 2000, com o seu Protocolo de 2001 (Convenção MLA), pode não constituir fundamento suficiente para se iniciar uma investigação, se o Estado

Em 2011, foram roubados de um camião, na Bélgica, 29 kg de ouro e 160 kg de prata, elevando-se o valor desses metais preciosos a mais de 1 milhão de GBP. O condutor do camião alegou ter sido vítima de um assalto à mão armada, durante o qual os ditos metais foram roubados. O camião estava em viagem da Suíça para o Reino Unido através da Bélgica. Na verdade, o condutor era membro do grupo de criminalidade organizada que conspirou para roubar a carga.

Surgiu um conflito de jurisdição porque três suspeitos foram capturados na Bélgica e os restantes localizados no Reino Unido. Uma reunião de coordenação realizada na Eurojust resolveu a questão. As autoridades belgas e do Reino Unido acordaram que todos os suspeitos seriam julgados no Reino Unido.

Após a detenção dos suspeitos, foi assinado um acordo de EIC, o qual permitiu que as autoridades do Reino Unido e da Bélgica partilhassem facilmente as provas e reagissem rapidamente para capturar os suspeitos ainda a monte. A estreita cooperação entre os procuradores e as autoridades policiais do Reino Unido, a polícia belga e a Eurojust assegurou que os envolvidos fossem levados a tribunal.

Em dezembro de 2012, seis arguidos foram condenados a 23 anos e meio de prisão, no total.

Membro destinatário das informações tiver requisitos de prova diferentes, os quais poderão levar à inadmissibilidade da prova na fase de julgamento.

Outra questão recorrente é a demora na execução de pedidos de auxílio judiciário mútuo (MLA), frequentemente devida ao diferente grau de pormenor exigido para as informações constantes do pedido, do qual resultam atrasos até se receberem informações e esclarecimentos adicionais. A demora na execução dos pedidos de MLA é agravada pela transmissão simultânea de pedidos através de canais diferentes, pela má tradução, pela falta de bases de dados centralizadas e por procedimentos de execução morosos em alguns Estados Membros.

Em alguns casos, a Eurojust prestou assistência ajudando a elaborar os pedidos de auxílio judiciário mútuo, identificando e transmitindo os pedidos às autoridades nacionais competentes e aconselhando sobre os requisitos de prova nos países requerentes e requeridos.

Um problema que se continua a colocar à emissão de mandados de detenção europeus (MDE) é a recusa por parte da autoridade executante de entregar a pessoa procurada quando julga improvável que lhe seja concedido um novo julgamento, caso tenha sido condenada à revelia.

Outros problemas que comprometem a execução atempada dos MDE são as diferentes definições das mesmas infrações penais, os pedidos de informação adicional e as questões de tradução. A Eurojust presta assistência facilitando o diálogo entre os Estados-Membros que emitem os mandados e aqueles que os executam e fornecendo aconselhamento para clarificar a definição das infrações penais utilizada pelas jurisdições envolvidas.

Outras questões prendem-se com o limitado *feedback* que as autoridades nacionais transmitem à Eurojust sobre o resultado da assistência pedida e o desfecho dos casos, o que dificulta a avaliação da intervenção da Eurojust e do funcionamento das EIC.

A Eurojust também presta assistência na coordenação de medidas coercivas como os mandados de busca ou de detenção e no estabelecimento de contactos directos entre as autoridades nacionais envolvidas em casos bilaterais ou multilaterais. A Eurojust providencia um canal de comunicação aberto e desempenha um importante papel de mediação, facilitando, nomeadamente, a prevenção dos conflitos de competência. A sua rápida intervenção pode levar à execução imediata dos pedidos de auxílio judiciário mútuo.



A Eurojust facilita o intercâmbio de informação sobre os casos através das reuniões de coordenação e também ao financiar e facilitar a criação e a gestão das EIC, dois instrumentos que foram considerados muito eficazes em casos complexos.

## Reuniões de coordenação

Em 2012, a Eurojust realizou reuniões de coordenação relacionadas com 194 casos. Este mecanismo provou, mais uma vez, a sua utilidade para as autoridades nacionais em casos que envolvem outros Estados Membros ou Estados terceiros. As reuniões de coordenação são organizadas por várias razões e o intercâmbio de informações entre os Estados Membros participantes é uma das mais importantes. A grande vantagem do intercâmbio de informações reside no facto de permitir que os Estados-Membros iniciem investigações, identifiquem eventuais procedimentos penais simultaneamente em curso noutros Estados Membros, partilhem elementos de prova, superem barreiras linguísticas e reforcem a confiança mútua.

As reuniões de coordenação também podem ser convocadas para facilitar e/ou coordenar a execução de cartas rogatórias, simplificando assim, por exemplo, a deteção e o congelamento de bens. Também podem incluir a assistência de um Estado terceiro, coordenar as investigações em curso, ou definir uma estratégia comum para as investigações nos Estados participantes. Em alguns casos, o objetivo pode consistir em obter um acordo sobre uma divisão de trabalho concreta entre as autoridades nacionais participantes, ou chegar a um entendimento mútuo sobre as autoridades nacionais que estão em melhor posição para instaurar um procedimento penal contra os crimes em causa.

Um aspeto importante das reuniões de coordenação, e que foi frequentemente utilizado em 2012, é permitirem que os Estados planeiem uma ação comum e criem uma EIC. Além disso, sempre que necessário, também nelas podem participar, complementarmente às autoridades dos Estados Membros, representantes de Estados terceiros e de instituições da União Europeia como a Europol e o OLAF. Em 2012, os Estados terceiros estiveram representados em 49 reuniões de coordenação, a Europol em 85 e o OLAF em cinco.

As autoridades francesas iniciaram um caso na Eurojust relativo a um grupo de criminalidade organizada albanês que traficava heroína e cocaína entre os Países Baixos, a França e a Albânia. O GCO tinha contactos na Bélgica e noutros países ao longo da rota entre a França e a Albânia (Itália, Suíça, Espanha e possivelmente Grécia). Os pedidos de vigilância transfronteiriça foram enviados e executados.

A Eurojust acolheu três reuniões de coordenação destinadas a trocar informações, coordenar a execução dos pedidos de vigilância e debater possíveis questões relacionadas com o princípio *ne bis in idem*. Em resultado dessas reuniões, foi planeada uma operação comum nos Países Baixos, Bélgica, França e Suíça. Estes esforços comuns permitiram que os investigadores detetassem um futuro transporte de drogas ilícitas dos Países Baixos para a França.

Em março de 2012, estabeleceu-se um centro de coordenação na Eurojust para assegurar um intercâmbio fluido de informações durante a operação, com o apoio analítico da Europol. Os indivíduos envolvidos no tráfico de estupefacientes foram detidos e as drogas apreendidas. Esta operação comum desencadeou ações policiais posteriores, das quais resultaram 17 detenções, várias buscas domiciliárias em França e nos Países Baixos e a apreensão de 12 kg de heroína.

As autoridades italianas, em estreito contacto com a polícia francesa e neerlandesa, estavam a investigar o mesmo GCO há cerca de um ano e lançaram uma operação em território italiano em maio de 2012. Esta operação levou à execução de 13 mandados de detenção europeus e à apreensão de 15 kg de cocaína e 4 kg de heroína.

A organização rápida e flexível do GCO exigiu intercâmbios intensivos de informações entre as autoridades nacionais competentes, sobretudo entre os organismos de investigação dos países envolvidos. Este intercâmbio de informação ininterrupto durante cerca de duas semanas foi facilitado pela Eurojust.

## Centros de coordenação

O centro de coordenação assegura a transmissão e a coordenação de informações, em tempo real, entre as autoridades participantes numa operação comum que envolva detenções, buscas domiciliárias ou a empresas e depoimentos de testemunhas.

Para além de facilitar a coordenação a nível judiciário na execução de mandados de detenção europeus, cartas rogatórias e decisões de apreensão de bens, um centro de coordenação também facilita a tomada de decisões *in loco* e a adoção de respostas imediatas por parte das autoridades judiciais face a novos factos por ele transmitidos. Lançados em 2011 como um novo instrumento de combate à criminalidade transnacional a nível da União, os centros de coordenação continuaram a ser desenvolvidos e utilizados em 2012.

Tal como em 2011, foram estabelecidos sete centros de coordenação na Eurojust pela França (3), a Finlândia (1), a Itália (1), os Países Baixos (1) e o Reino Unido (1). Os tipos de criminalidade por eles visados foram os seguintes: imigração ilegal (3), tráfico de seres humanos (1), tráfico de estupefacientes (1), pedopornografia (1) e fraude fiscal relacionada com o comércio de adubos (1).

Foram criados três centros de coordenação em casos que já tinham uma EIC em atividade. No âmbito da EIC existente, o centro de coordenação facilitou a coordenação entre as autoridades participantes dos diversos Estados-Membros e permitiu eliminar eventuais défices de informação, além de ter reforçado a coordenação entre as autoridades nacionais, mesmo nos casos em que ela já era assegurada através de uma EIC.

A cooperação com terceiros como a Europol foi reforçada. A Europol participou em seis dos sete centros de coordenação e apoiou as ações simultâneas através da comparação cruzada, da análise e da interligação de dados recentemente enviados para o centro de coordenação. A Suíça e a Interpol também participaram ativamente nos centros de coordenação da Eurojust em 2012.

## Artigos 6.º e 7.º da Decisão Eurojust

Os artigos 6.º e 7.º da Decisão Eurojust permitem que os Membros Nacionais e o Colégio façam recomendações sobre o tratamento de casos às autoridades nacionais competentes. Tais recomendações ilustram o diálogo constante, diário, entre os membros do Colégio e as suas autoridades nacionais sobre questões operacionais re-

lativas ao tratamento de casos e resultam, muitas vezes, de informações fornecidas numa carta rogatória ou disponibilizadas numa reunião de coordenação ou em discussões informais com as autoridades nacionais. As reuniões de coordenação são, de facto, um dos instrumentos mais utilizados.

Estas recomendações são, de um modo geral, informais. Em consequência, os valores a seguir indicados não transmitem uma perspetiva completa das recomendações feitas, visto referirem-se apenas aos casos em que a legislação nacional de determinado Estado-Membro exige um registo oficial das decisões judiciais.

Em 2012, registaram-se nove recomendações formais ao abrigo do artigo 6.º da Decisão Eurojust, as quais foram, na sua totalidade, seguidas pelas autoridades nacionais.

*Pedidos para iniciar uma investigação ou instaurar um procedimento penal por factos precisos – artigo 6.º, n.º 1, alínea a-i)*

Foram emitidos dois pedidos nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea a-i) pela Representação Italiana.

*Pedidos dirigidos às autoridades competentes para admitirem que uma delas possa estar em melhor posição para dar início a uma investigação ou instaurar um procedimento penal por factos precisos – artigo 6.º, n.º 1, alínea a-ii)*

A Representação Espanhola formulou dois pedidos com base nesta disposição.

*Pedidos dirigidos às autoridades competentes dos Estados Membros em causa para estabelecerem a coordenação entre elas – artigo 6.º, n.º 1, alínea a-iii)*

Foi formulado um pedido nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea a-iii). A Representação Espanhola solicitou uma reunião de coordenação com as autoridades belgas para tratar uma questão relacionada com a recuperação de bens num caso de criminalidade organizada e branqueamento de capitais.

*Pedidos para fornecer todas as informações necessárias ao desempenho das funções dos Membros Nacionais – artigo 6.º, n.º 1, alínea a-v); e pedidos de tomada de qualquer outra medida que se justifique tendo em vista a investigação ou o procedimento penal – artigo 6.º, n.º 1, alínea a-vii)*

Foram emitidos três pedidos com base no artigo 6.º, n.º 1, alínea a-v) e vii). Solicitou-se às autoridades espanholas para facilitarem o fornecimento de infor-

mações e outras medidas de investigação (audição de suspeitos e de vítimas) num caso belga de fraude e contrafação do euro.

*Pedidos para se tomarem medidas de investigação especiais – artigo 6.º, n.º 1, alínea a-vi)*

Num caso de fraude, falsificação e branqueamento de capitais, foi pedido às autoridades espanholas que realizassem buscas domiciliárias e iniciassem investigações ao abrigo do artigo 6.º, n.º 1, alínea a-vi).

## Convenções de Auxílio Judiciário Mútuo

Dois dos instrumentos de cooperação judiciária mais utilizados na União Europeia são a Convenção relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo (Convenção MLA) e a Convenção do Conselho da Europa, de 1959, relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, e os seus Protocolos (Convenção de 1959). Em termos gerais, considera-se que a sua aplicação é positiva e eficaz.

As dificuldades remanescentes decorrem do facto de nem todos os Estados Membros terem ratificado a Convenção MLA. No entanto, esta situação não constitui necessariamente um obstáculo, por exemplo, para a criação de uma EIC, se o Estado Membro em causa tiver implementado a Decisão-Quadro relativa às EIC, ou para a realização de uma audição por videoconferência, que também se pode basear na Convenção de 1959 ou no princípio de reciprocidade, e/ou se a legislação interna do Estado Membro permitir o recurso a tais medidas.

Ainda subsistem dificuldades ligadas à interceção de telecomunicações e à vigilância transfronteiriça, à utilização insuficiente ou inadequada do instrumento de intercâmbio espontâneo de informações, e à falta de uma indicação dos prazos nos pedidos urgentes, sendo reconhecidamente necessário fazer melhorias nestas áreas.

Podem surgir problemas práticos quando os pedidos de MLA não satisfazem o nível de pormenor exigido no Estado de execução, os quais podem causar incertezas ou mesmo impedir a execução dos pedidos. Outros problemas que continuam a verificar-se têm a ver com a falta ou o atraso no fornecimento de *feedback* e de informações sobre o andamento da execução dos pedidos de MLA por parte do Estado Membro requerido. Esta situação é particularmente problemática nos casos urgentes, em que há suspeitos detidos ou em que o recurso a outros canais possa impedir a ob-

Um grupo de criminalidade organizada estabelecido na Bulgária e em Espanha obrigava as vítimas, na sua maioria de nacionalidade búlgara, a prostituírem-se em Espanha. O ramo do GCO estabelecido na Bulgária recrutava as vítimas em comunidades vulneráveis oferecendo-lhes oportunidades de trabalho no estrangeiro. Depois transportava-as para a Espanha e retinha-lhes os passaportes. O ramo do GCO estabelecido em Espanha forçava as vítimas a praticarem a prostituição nesse país através de ameaças e da violência física.

A investigação foi desencadeada pelo facto de uma das vítimas ter conseguido fugir e chegar à Embaixada da Bulgária em Madrid, a qual contactou imediatamente as autoridades espanholas. Estas iniciaram a investigação que viria a dismantelar o grupo em Espanha. As autoridades judiciárias dos dois países instauraram procedimentos penais contra este grupo e, como ambas as jurisdições apresentaram pedidos de auxílio judiciário mútuo, a Representação Espanhola registou um caso na Eurojust com vista a obter assistência na coordenação destas atividades.

A Eurojust acolheu uma reunião de coordenação na qual as duas delegações puderam fazer diretamente o ponto da situação das respetivas investigações e chegar a acordo sobre vários aspetos importantes. Em primeiro lugar, ambas as jurisdições asseguraram uma execução célere dos pedidos pendentes. Em segundo lugar, evitou-se uma possível situação relacionada com o princípio *ne bis in idem* através de uma definição clara dos procedimentos nacionais. A Bulgária centrou-se na ação penal contra as atividades de branqueamento de capitais, sendo apoiada pela Espanha através do fornecimento de provas sobre a natureza organizada do grupo investigado. A Espanha concentrou esforços nas acusações de tráfico e exploração sexual, em relação às quais a Bulgária recolheu o depoimento de testemunhas residentes no seu território. Além disso, a Bulgária ativou um programa de proteção de testemunhas para a família de uma vítima residente em Espanha.

O envolvimento da Eurojust contribuiu de forma significativa para estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento das ações penais nacionais.

tenção de resultados no apertado prazo estabelecido. Nesses casos, a Eurojust tem sido solicitada pelas autoridades nacionais a facilitar os contactos informais, acelerando frequentemente o processo de forma significativa. Uma recomendação prática feita aos procuradores nacionais é que indiquem nas cartas rogatórias urgentes os prazos fixados a nível interno e o tempo útil para a execução do pedido.

### Questões relacionadas com a obtenção e a admissibilidade da prova

Tal como também foi observado em 2011, as regras diferenciadas sobre a recolha, a admissibilidade e a publicidade da prova continuam a colocar dificuldades a uma luta eficaz contra as formas graves de criminalidade transnacional. As diferentes regras de conservação dos dados, especialmente em casos relacionados com a cibercriminalidade e outras infrações penais em que os suspeitos utilizam as telecomunicações para interagir uns com os outros, têm causado um número crescente de problemas. Em tais casos, o tempo é essencial, sobretudo nos Estados Membros com períodos de conservação dos dados muito limitados.

A legislação interna dos diversos países apresenta diferenças em matéria de obtenção de provas e esta situação, que exige conhecimento dos sistemas jurídicos em causa, confere particular valor à assistência da Eurojust. Num caso referente a um cidadão esloveno, a defesa alegou que as provas recolhidas numa operação internacional levada a cabo na Alemanha para identificar o infrator não estavam conformes com a legislação alemã e, por isso, não eram admissíveis no tribunal esloveno. A Eurojust auxiliou as autoridades judiciais eslovenas a obterem informações sobre as disposições de processo penal aplicáveis na Alemanha. O intercâmbio direto de informação e a discussão dos diferentes sistemas jurídicos nas reuniões de coordenação evitam, muitas vezes, a ocorrência de dificuldades e contribuem para resolver problemas relacionados com a recolha e a admissibilidade das provas, incluindo em equipas de investigação conjunta.

A disponibilização das regras nacionais sobre a recolha e a admissibilidade das provas a outros Estados Membros tem contribuído para partilhar conhecimentos e evitar obstáculos. A Eurojust pode constituir um centro especializado de boas práticas nesta área.

Outra boa prática desenvolvida na Eurojust, aquando da criação das EIC, tem sido a inclusão de disposições sobre a admissibilidade da prova e a sua publicidade

nos respetivos acordos, as quais ajudam a evitar problemas posteriormente.

A futura adoção de uma Diretiva sobre a Decisão Europeia de Investigação (DEI) poderá vir a facilitar a resolução das dificuldades neste domínio.

### Prevenção e resolução de conflitos de competência

A Eurojust faz um uso formal limitado dos seus poderes de recomendação para prevenir e resolver conflitos de competência positivos ou negativos.

Ocorrem, com frequência, situações em que dois ou mais Estados Membros têm jurisdição sobre um caso, nos termos dos respetivos direitos internos. Esses casos são, na sua grande maioria, resolvidos com a assistência da Eurojust e sem registo de um pedido formal dirigido ao Estado Membro interessado. Reconhece-se, neste aspeto, que as reuniões de coordenação constituem um instrumento muito útil ao permitirem uma discussão e um acordo precoces entre as autoridades competentes envolvidas em investigações paralelas. A falta de informação tem sido ocasionalmente identificada como um obstáculo à prevenção de conflitos de jurisdição. A clarificação do âmbito das investigações inter-relacionadas e a realização de uma preparação e análise precoces antes das reuniões de coordenação são consideradas boas práticas.

A Eurojust desempenha um papel predominantemente preventivo ao incentivar uma troca informal de pontos de vista na fase inicial do procedimento. Este tema é objeto de uma introdução detalhada nas *Orientações para a tomada de decisão sobre «Como decidir em que jurisdição deve ser exercida a ação penal?»*, publicadas no Relatório Anual de 2003 da Eurojust.

A Eurojust também esteve envolvida em casos de conflitos de competência negativos, em que nenhum Estado Membro considerou estar em melhor posição para dar início a uma investigação e/ou instaurar um procedimento penal. Em julho de 2012, o Colégio adotou as *Orientações para a Aplicação do artigo 7.º, n.ºs 2 e 3, da Decisão Eurojust*, que descrevem o procedimento administrativo interno para a resolução dos conflitos de competência e das recusas ou dificuldades recorrentes relacionadas com a execução de pedidos de cooperação judiciária, incluindo no que se refere aos instrumentos que aplicam o princípio do reconhecimento mútuo.



## Transferência de procedimentos penais

A maioria dos Estados Membros continuou a utilizar a Convenção Europeia relativa à Transferência de Procedimentos Penais de 1972 ou a Convenção de 1959 (artigo 21.º) em conjunto com o artigo 6.º, n.º 1, última frase da Convenção MLA. Alguns Estados Membros aplicaram, igualmente, a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional (artigo 21.º). O recurso a estes diferentes instrumentos jurídicos pode causar dificuldades que levem as autoridades nacionais a solicitar o apoio da Eurojust.

A Eurojust prestou assistência nestes casos facilitando os contactos informais entre Estados Membros e examinando informalmente a possibilidade de transferência antes da formulação de um pedido oficial. Ocasionalmente, a transferência de procedimentos é decidida numa reunião de coordenação no âmbito de um acordo relativo ao Estado Membro competente para o procedimento penal, sendo a transferência propriamente dita efetuada concomitantemente com a emissão e execução de mandados de detenção europeus e cartas rogatórias, se necessário.

As dificuldades encontradas na transferência de processos devem-se a diferentes razões. Entre outros fatores, há a considerar que a prova obtida tem de ser considerada admissível pelo Tribunal do Estado Membro requerido (ver *Questões relacionadas com a*

*obtenção e a admissibilidade da prova* supra), e deve ser demonstrado um claro interesse deste Estado Membro em aceitar a transferência do procedimento penal. Quando a transferência é requerida pelo Estado Membro que deseja acolhê-lo, isto é, que deseja instaurar o procedimento penal, por vezes surgem dificuldades se existir um risco de a transferência poder comprometer uma investigação conexa que esteja em curso no Estado Membro requerido.

As dificuldades também podem dever-se a diferentes regimes substantivos e processuais. O processo a transferir deve ser integralmente traduzido antes de as autoridades nacionais poderem tomar uma decisão e as Representações Nacionais na Eurojust só podem fazer uma avaliação preliminar com base num resumo do caso fornecido previamente.

## Intercâmbio de registos criminais

A Eurojust não tem encontrado grandes dificuldades no intercâmbio de registos criminais e, quando as encontrou, tenderam a ser de ordem prática.

Nos Estados Membros onde o Sistema Europeu de Informação sobre os Registos Criminais (ECRIS) ainda não está a funcionar, os pedidos de intercâmbio de registos criminais são, por vezes, facilitados pelo recurso às Convenções MLA. Podem surgir dificuldades quando as Representações Nacionais não têm acesso

Enquanto estavam a proceder à execução de três MDE gregos relativos a um cidadão sueco, as autoridades belgas receberam um novo MDE emitido pelas autoridades cipriotas referente à mesma pessoa. Com o novo pedido, as autoridades foram obrigadas a suspender a execução dos MDE gregos (já autorizada pelo Tribunal de Recurso belga).

O Procurador Federal belga solicitou o parecer da Eurojust sobre o Estado Membro a que o indivíduo em causa deveria ser entregue. A Representação Belga consultou as Representações Grega e Cipriota para obter informações sobre as possibilidades jurídicas existentes, como a possibilidade de o transferir para o outro Estado Membro durante a investigação, o procedimento penal ou a execução da pena. A Representação Belga consultou igualmente os Estados Membros participantes sobre os pareceres das autoridades nacionais envolvidas.

Tendo em conta as informações recebidas, a Representação Belga emitiu parecer no sentido de o indivíduo em causa ser entregue à Grécia. As autoridades belgas concordaram com esse parecer e, após a aceitação de um quarto MDE grego, entregaram o indivíduo à Grécia, que, por sua vez, assegurou a execução do MDE de Chipre. Com a assistência da Eurojust, os três Estados Membros envolvidos coordenaram, assim, a execução dos pedidos de forma rápida e eficiente.



aos registos criminais ou quando estes estão na posse de diferentes autoridades nacionais (por exemplo, autoridades policiais e judiciárias) e não existe uma base de dados centralizada sobre registos criminais. Em casos urgentes, a Eurojust tem facilitado a obtenção destes últimos.

Ocasionalmente, o facto de os Estados Membros terem definições diferentes das mesmas infrações penais suscitou dificuldades que geraram incerteza sobre a infração em causa. Outras questões conexas respeitam à quantidade de informação constante do registo criminal, que alguns Estados Membros consideram insuficiente à luz da sua legislação interna, provocando atrasos enquanto o pedido de informação adicional está a ser tratado.

Em alguns casos, quando os registos criminais são recebidos, fazem referência a disposições legais internas sem especificarem a infração penal. Nestes casos, o Estado Membro requerente solicita, com frequência, a intervenção da Eurojust, a fim de obter a legislação relevante para esclarecer essa questão.

Verificam-se complicações e demoras quando os juízes de alguns Estados Membros exigem uma cópia do acórdão original completo e a respetiva tradução, sendo frequentemente necessário emitir uma carta rogatória para obter a cópia do acórdão, em virtude de o extrato do registo criminal não ser suficiente (para efeitos da condenação).

Podem surgir ainda outras dificuldades quando alguém que esteja a ser alvo de uma ação penal num Estado Membro alega já ter sido anteriormente condenado noutro Estado Membro pela mesma infração. O Estado Membro pode não conseguir confirmar esta alegação devido às diferentes normas nacionais de verificação da identidade das pessoas, das quais resulta um registo impreciso dos seus elementos pessoais.

## Mandados de Detenção Europeus

Em 2012, a Eurojust registou 259 casos relacionados com a execução de mandados de detenção europeus, o que corresponde a 16,8 % da totalidade dos casos registados. A grande maioria (252) referia-se à facilitação da execução desses mandados. À semelhança dos anos anteriores, foi a Representação Polaca que dirigiu mais pedidos, seguida das Representações Belga e Sueca.

A Representação Espanhola recebeu a maioria dos pedidos, seguida das Representações Alemã e Polaca.

O Colégio também se debruçou sobre duas questões gerais relacionadas com a execução dos mandados de detenção europeus. A primeira prendia-se com a obtenção de informação sobre se uma autoridade dos Estados Membros que não está habilitada a emitir mandados internos tem competência para emitir MDE, e sobre se as autoridades/tribunais dos Estados Membros se têm recusado a executar um MDE por a autoridade que o emitiu não ter competência para emitir mandados de detenção internos.

A segunda questão em apreço consistia em saber se, desde a introdução do regime de MDE, algum Estado Membro se recusou a entregar um suspeito alegando que o Ministério da Justiça do Estado de emissão não era considerado uma «autoridade judiciária» na aceção do artigo 6.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI relativa ao mandado de detenção europeu (Decisão-Quadro relativa ao MDE) pelas autoridades do Estado Membro de execução.

### *Casos relacionados com múltiplos pedidos de execução de mandados de detenção europeus*

Nos termos do artigo 16.º, n.º 2, da Decisão-Quadro relativa ao MDE, a autoridade judiciária de execução pode solicitar o parecer da Eurojust para efeitos da tomada de decisão sobre qual dos mandados de detenção europeus emitidos por dois ou mais Estados Membros contra a mesma pessoa deve ser executado. O número de vezes em que a Eurojust foi formalmente solicitada a emitir parecer aumentou de quatro casos em 2011 para seis casos em 2012. Os conhecimentos especializados da Eurojust neste domínio, através da negociação ou do contacto direto com as autoridades em causa, são regularmente solicitados e fornecidos nas reuniões de coordenação.

Nos seis casos acima referidos, a Eurojust contribuiu para que Estados-Membros envolvidos chegassem a um consenso sobre o MDE que deveria ser considerado prioritário e adotassem, quando necessário, disposições referentes à entrega posterior e à entrega temporária da pessoa procurada. Nos seis casos, o parecer da Eurojust foi seguido. As *Diretrizes relativas aos procedimentos internos sobre a emissão de parecer pela Eurojust em caso de mandados de detenção europeus concorrentes*, adotadas em junho de 2011, foram aplicadas. Num dos casos, o acordo sobre a prioridade a conceder foi obtido numa reunião de coordenação na Eurojust e o tribunal nacional que deliberou sobre essa matéria seguiu o parecer da Eurojust, citando, no seu acórdão, o acordo resultante da referida reunião de coordenação.

## *Casos relativos ao incumprimento de prazos de execução*

Sempre que, em circunstâncias excepcionais, um Estado Membro não possa cumprir os prazos previstos no artigo 17.º da Decisão-Quadro relativa ao MDE, deverá informar a Eurojust de tal facto, indicando as respetivas razões. Em 2012, a Eurojust registou 94 incumprimentos dos prazos, tendo dois desses casos exigido a adoção de medidas adicionais. À semelhança dos anos anteriores, a Irlanda comunicou o maior número de incumprimentos. Outros casos foram comunicados pela República Checa, a Bulgária, a Eslovénia e a Espanha. Tal como foi mencionado em anos anteriores, as estatísticas europeias indicam que o número de incumprimentos é superior ao registado pela Eurojust.

Um caso, respeitante à interpretação do artigo 28.º, n.º 2, da Decisão-Quadro relativa ao MDE, foi objeto de uma decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia em 28 de junho de 2012 (C 192/12). O Ministério Público finlandês, no âmbito do processo de MDE que estava a tratar solicitou informações ao Reino Unido, através da Eurojust, sobre a forma de acelerar o procedimento caso fosse necessário obter o consentimento do Reino Unido para a Finlândia poder entregar a pessoa procurada à França. Com a intervenção da Eurojust pretendia-se evitar um possível incumprimento pela Finlândia dos prazos previstos no artigo 17.º da supracitada Decisão-Quadro. A Eurojust prestou a assistência necessária oportunamente.

Os atrasos na execução dos mandados de detenção europeus deveram-se principalmente à morosidade dos procedimentos de recurso, aos pedidos de informação adicional, à fuga das pessoas procuradas depois de libertadas sob caução e ao grande número de MDE.

## *Questões identificadas na aplicação prática do Mandado de Detenção Europeu*

A Eurojust continuou a desempenhar um importante papel na facilitação da transmissão de informações, na clarificação dos requisitos jurídicos das autoridades de emissão e das autoridades de execução e, de um modo geral, na aceleração da execução dos MDE. Em casos urgentes, a assistência da Eurojust revelou-se especialmente importante. Num deles, ela foi rapidamente prestada à margem de uma reunião plenária do Colégio, e noutro, a Eurojust forneceu aconselhamento e orientação através da coordenação permanente, possibilitando que a entrega se fizesse atempadamente.

Em 16 de outubro de 2012, os procedimentos de entrega relativos ao Mandado de Detenção Nórdico entraram em vigor entre os países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia), o que significa que, nos processos de entrega entre a Finlândia, a Dinamarca e a Suécia, se utilizará o Mandado de Detenção Nórdico e não a Decisão-Quadro relativa ao MDE. Não foram comunicadas quaisquer experiências.

Os profissionais continuam a estar confrontados com questões práticas e jurídicas na execução dos MDE, tendo a Eurojust identificado as que a seguir se enunciam no seu tratamento de casos:

- ▶ Má qualidade da tradução do MDE.
- ▶ Atraso por as informações constantes do MDE serem insuficientes ou inadequadas no que respeita: i) à descrição dos factos, incluindo o elo de conexão necessário para demonstrar a ligação entre a pessoa procurada e a infração penal, ii) às infrações penais, iii) à pena aplicada ou prevista para todas ou algumas das infrações, ou iv) à realização de cúmulo jurídico, após a execução do MDE emitido tendo em vista o cumprimento de várias penas.
- ▶ Lentidão da comunicação entre as autoridades competentes.
- ▶ Demora ligada à tramitação dos processos de autorização, em virtude de os Estados Membros lhes aplicarem regimes processuais e prazos diferentes.
- ▶ Casos em que o original ou uma cópia autenticada do MDE traduzido são pedidos através da Eurojust com muito pouco tempo de antecedência, antes da audição relativa ao MDE.
- ▶ Atrasos nos casos em que o Estado de execução exige garantias para entregar os seus próprios nacionais e a autoridade competente para emitir as garantias (Ministério da Justiça) é diferente da autoridade (Ministério Público) competente para emitir o MDE e fornecer informações adicionais a seu respeito.
- ▶ Demora no fornecimento pelas autoridades judiciais de execução das informações mencionadas no artigo 26.º, n.º 2, da Decisão-Quadro relativa ao MDE, com o risco de a pessoa procurada ficar detida para além dos limites previstos na legislação aplicável do Estado Membro de emissão.
- ▶ Questões jurídicas ligadas ao facto de um Ministério da Justiça ser ou não considerado uma «autoridade judiciária» na aceção do artigo 6.º, n.º 1, da

Decisão-Quadro relativa ao MDE, e, por conseguinte, competente para emitir MDE.

- ▶ Questões de proporcionalidade no Estado Membro de execução, ligadas à legalidade da ação penal no Estado Membro de emissão, que originam uma emissão excessiva de mandados de detenção europeus, com dificuldades acrescidas nos casos em que o requisito de dupla incriminação não se encontra preenchido (artigo 2.º, n.º 2, da Decisão-Quadro relativa ao MDE).
- ▶ Custos decorrentes das entregas.
- ▶ Demora na receção do consentimento para instaurar procedimentos penais por outras infrações (regra da especialidade, artigo 27.º da Decisão-Quadro relativa ao MDE).
- ▶ Diferentes abordagens no que respeita às sentenças *in absentia* e ao direito a um novo julgamento, uma vez que nem todos os Estados Membros aplicaram a Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho que altera a Decisão-Quadro relativa ao MDE no que respeita ao direito a um novo julgamento, podendo levar à recusa da execução de um MDE.
- ▶ Uso de diferentes canais para transmitir o mandado de detenção europeu (Informações Suplementares Pedidas na Entrada Nacional (SIRENE), Interpol, Magistrados de Ligação, Rede Judiciária Europeia (RJE) e Eurojust), sem informação de que está a ser transmitido através de um canal específico.
- ▶ Casos em que a pessoa cuja entrega foi ordenada tenha sido libertada sob caução mas não tenha comparecido conforme estava determinado.
- ▶ Vários mandados de detenção europeus, emitidos por diferentes autoridades judiciárias no mesmo Estado Membro, gerando incerteza sobre o MDE em que a entrega se deverá basear.

## Decisões de Apreensão

Embora tenha sido transposta na maioria dos Estados Membros, a Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas (a «Decisão-Quadro de 2003») ainda não é muito utilizada. Em consequência, as autoridades judiciárias que utilizam a decisão de congelamento e reconhecem, entre outros aspetos, o valor acrescentado dos

rigorosos prazos nela previstos, são, por vezes, confrontadas com homólogas suas de outros Estados Membros que não estão familiarizadas com este instrumento ou que não conseguem utilizá-lo. Estas últimas preferem recorrer às cartas rogatórias tradicionais, nos termos das Convenções de 1959 e MLA, bem como da Convenção do Conselho da Europa, de 1990, relativa ao branqueamento, deteção, apreensão e perda dos produtos do crime e ao financiamento do terrorismo, as quais podem incluir pedidos de identificação, apreensão e perda de bens.

O tratamento de casos da Eurojust em 2012 mostra que esta situação parece persistir devido aos seguintes fatores: i) o âmbito limitado da Decisão-Quadro de 2003 (que não permite a identificação, o congelamento e a perda num único pedido), ii) a dificuldade em utilizar uma decisão de apreensão quando a prova a apreender, não conhecida pelas autoridades emissoras no momento em que elaboram o pedido, é revelada numa fase posterior da investigação, e iii) a perceção generalizada de que a Decisão-Quadro de 2003 implica pesadas formalidades adicionais.

Ocasionalmente, a divisão jurisdicional interna específica de alguns Estados Membros suscita dificuldades suplementares nos casos em que as decisões de apreensão estão relacionadas com bens localizados em diferentes jurisdições internas.

Por vezes, também surgem dificuldades decorrentes da ausência de um registo/base de dados central nacional sobre os processos em curso, nos casos em que existem decisões de apreensão separadas e não relacionadas entre si respeitantes aos mesmos bens.

A ausência de uma aplicação e utilização uniformes da Decisão-Quadro de 2003 agrava uma situação em que a apreensão (e a perda) de bens ainda não é frequentemente contemplada por todos os Estados Membros numa fase inicial das investigações ou dos procedimentos penais relativos a formas graves de criminalidade transnacional. O número relativamente pequeno de pedidos dirigidos à Eurojust para que facilite a execução de decisões de congelamento reflete esta situação.

O tratamento de casos da Eurojust identificou como boas práticas: i) incluir, no pedido inicial de apreensão, um pedido de venda antecipada dos bens apreendidos (quando são perecíveis, perdem valor com a passagem do tempo ou implicam custos de gestão elevados) antes da declaração de perda, ii) ponderar como proceder, numa fase inicial, à administração dos bens enquanto se aguarda a decisão final, e iii) recordar às au-

toridades nacionais as obrigações de comunicação de informações que lhes assistem ao abrigo da Decisão-Quadro de 2003. Num caso, a assistência da Eurojust assegurou a execução de decisões de apreensão num Estado Membro, no mesmo dia em que se efetuaram várias detenções e buscas noutro Estado Membro.

Em 2012, o Colégio tratou uma questão geral ligada às decisões de apreensão, à recolha de informações sobre a legislação nacional no que respeita à possibilidade de se utilizar a apreensão de bens em ações cíveis e à aplicabilidade da Decisão-Quadro de 2003 nesse contexto. A Eurojust também participou nos recentes debates da Plataforma de Gabinetes de Recuperação de Bens (ARO) através do seu Ponto de Contacto ARO e, como observadora, na quinta ronda de avaliações mútuas sobre a criminalidade financeira e as investigações financeiras.

## Perda e recuperação de bens

A Decisão-Quadro 2006/783/JAI relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda e a Decisão-Quadro 2005/212/JAI relativa à perda de produtos, instrumentos e bens relacionados com o crime ainda não foram integralmente aplicadas por todos os Estados Membros, o que gera incerteza sobre os fundamentos comuns da perda e o reconhecimento das decisões de perda. A legislação neste domínio ainda difere muito entre os Estados Membros, o mesmo acontecendo com alguns conceitos específicos, como os de perda alargada, perda não baseada na condenação e perda baseada no valor.

O número de casos tratados pela Eurojust em matéria de perda e recuperação de bens ainda é limitado e demonstra a persistência de procedimentos morosos. A Eurojust desempenha nesses casos um papel essencialmente de facilitação e mediação, ajudando a clarificar os requisitos jurídicos nas diferentes jurisdições e facilitando a transmissão de pedidos. Os bons resultados obtidos em diversos casos em 2012 comprovaram que a intervenção da Eurojust é crucial. Num deles, foi devido à receção de informações fornecidas através da Eurojust que um Estado Membro conseguiu obter duas condenações. As suas autoridades fiscais conseguiram, assim, recuperar 295 500 EUR, e os condenados foram obrigados a pagar, no total, cerca de 900 000 EUR às autoridades fiscais. Noutro caso, em resultado da assistência da Eurojust, foram confiscados dez apartamentos de luxo num Estado Membro.

Quanto à questão específica da gestão de bens apreendidos, a Eurojust facilitou o intercâmbio de pare-

ceres especializados das autoridades fiscais de dois Estados Membros, num processo que envolvia bens congelados no valor de 110 000 EUR. Num caso de perda não baseada na condenação, foi executada uma decisão de perda no montante de 580 000 EUR, após a intervenção da Eurojust.

O elo de conexão necessário para demonstrar que os bens pertencem ao suspeito (exceto nos casos de confisco alargado, em que o ónus da prova é menos exigente) e a excessiva morosidade dos procedimentos relativos à venda de bens confiscados suscitam dificuldades recorrentes, agravadas pela participação das autoridades administrativas e por trâmites burocráticos desnecessários. O tratamento de casos da Eurojust mostra que o consentimento do suspeito (nas jurisdições onde a possibilidade de transação de penas está prevista) e a venda antecipada de certos tipos de bens apreendidos antes do confisco pode acelerar o processo de perda.

A Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o congelamento e o confisco do produto do crime na União Europeia, atualmente em debate, pretende harmonizar as definições de determinadas domínios de criminalidade grave, bem como substituir parcialmente a Decisão Quadro relativa à perda de produtos, instrumentos e bens relacionados com o crime, de 2005. O Parecer da Eurojust sobre este projeto de instrumento foi apresentado à Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (Comissão LIBE) do Parlamento Europeu em 2012 (*ver também* ponto 2.1). A Eurojust continuou ainda a prestar apoio através da Rede Camden de Interagências de Recuperação de Bens (CARIN), em que participa como observadora.

## Entregas controladas

As entregas controladas são consideradas como um instrumento de investigação útil, principalmente nos casos de tráfico de estupefacientes. A Decisão Eurojust prevê a possibilidade de se conferir aos Membros Nacionais a competência de autorizar e coordenar entregas controladas. Até à data, essa competência só foi conferida a um pequeno número de Membros Nacionais.

Em 2012, a Eurojust continuou a prestar assistência na identificação da autoridade competente e/ou na resolução de dificuldades ligadas a atrasos, na obtenção de autorizações, na tradução de cartas rogatórias e na superação de dificuldades processuais, bem como através de reuniões de coordenação que



facilitam a criação desses instrumentos de investigação em casos complexos. A Eurojust também contribuiu para a prevenção de questões relacionadas com o princípio de *ne bis in idem* e, de um modo geral, para facilitar a cooperação em casos urgentes.

As dificuldades sentidas deveram-se aos seguintes fatores: i) disparidades nos requisitos substantivos e processuais aplicáveis à autorização de entregas controladas, ii) pressão dos fatores temporais no lan-

çamento e na realização dessas entregas, e iii) identificação da autoridade nacional competente para as autorizar judicialmente. Estes fatores são agravados nos casos em que também é necessário obter uma autorização para transitar através de outros Estados Membros que não estão diretamente envolvidos. Nuns Estados Membros, a autorização de entregas controladas, como instrumento de investigação específico, é dada a nível judicial, enquanto noutros é da competência da polícia.

## 1.3 Panorâmica das atividades da Eurojust em áreas de criminalidade prioritárias

### Terrorismo

*A participação numa organização terrorista foi a infração penal mais frequentemente referida nos casos de terrorismo tratados pela Eurojust. Os casos que lhe foram comunicados em 2012 não pareciam estar ligados a uma categoria de criminalidade única, revelando grande diversidade quanto ao tipo de criminalidade, incluindo os atentados contra a vida, a integridade física e a liberdade individual.*

Estatísticas da criminalidade	2012	2011
Número de casos registados	32	27
Número de reuniões de coordenação	3	1

Com base nos contributos e recomendações dos correspondentes nacionais da Eurojust para as questões relacionadas com o terrorismo, a Eurojust desenvol-

Num atentado bombista associado a um massacre com armas de fogo ocorrido na Noruega em 22 de julho de 2011, um indivíduo solitário causou a morte de 77 pessoas. Foram iniciadas investigações sobre o primeiro grande ataque terrorista realizado na Europa por um único indivíduo e o quarto maior perpetrado no continente europeu desde a Segunda Guerra Mundial.

A Eurojust prestou uma assistência valiosa em vários aspetos deste caso, nas fases de inquérito e de julgamento. Com o envolvimento do Magistrado de Ligação da Noruega na Eurojust e as Representações da Letónia e do Reino Unido, obtiveram-se rapidamente informações bancárias da Letónia e de Antígua e Barbuda. A Representação Nacional Polaca efetuou diligências relativas a uma carta rogatória com vista à recolha de um testemunho. As Representações Nacionais de Espanha e do Reino Unido partilharam solícitamente os seus conhecimentos especializados em matéria de tratamento de casos de terrorismo de grande dimensão. Os contactos diretos entre a Representação Francesa e o Magistrado de Ligação da Noruega contribuíram para a execução eficaz de duas cartas rogatórias dirigidas à França tendo em vista a identificação, a localização e a audição de uma testemunha. O Magistrado de Ligação para os EUA prestou assistência na execução de um pedido urgente de audição, por videoconferência, de uma testemunha nos EUA, durante o julgamento.

A assistência dada pela Eurojust foi uma componente muito importante da cooperação internacional neste caso e consistiu na constante facilitação dos pedidos de auxílio judiciário mútuo, que permitiu a manutenção de contactos pessoais diretos entre os Estados Membros e Estados terceiros através das Representações Nacionais e dos Magistrados de Ligação. Os esforços da Eurojust contribuíram para uma cooperação judiciária eficiente, eficaz e que permitiu poupar muito tempo, entre as autoridades nacionais competentes.

As audiências em tribunal realizaram-se na Noruega entre abril e junho de 2012. Em 24 de agosto de 2012, o acusado foi considerado culpado e condenado à pena máxima de prisão existente na Noruega, o internamento de segurança durante 21 anos, com uma pena mínima de 10.



veu o conceito e o conteúdo da sua Monitorização de Condenações por Terrorismo, que oferece uma panorâmica geral da evolução judicial dos Estados Membros nesta matéria, bem como uma análise dos casos judiciais selecionados. Alguns aspetos da análise mereceram especial atenção e está previsto que as próximas edições do relatório se debrucem sobre novas áreas. A Monitorização de Condenações por Terrorismo baseia-se nas informações partilhadas com a Eurojust nos termos da Decisão 2005/671/JAI do Conselho, de 20 de setembro de 2005, e em informações recebidas através de fontes abertas. Em 2012, houve três edições da Monitorização.

A Eurojust contribuiu para o Relatório TE-SAT da Europol, fornecendo análises quantitativas e qualitativas das decisões judiciais relacionadas com o terrorismo, bem como uma panorâmica geral das alterações legislativas relacionadas com o terrorismo efetuadas nos Estados Membros.

No âmbito do World Justice Project, uma iniciativa independente que pretende reforçar o Estado de direito em todo o mundo, a Eurojust elaborou um artigo intitulado *Strengthening Inter-State Cooperation – the Eurojust Experience*, incluído na publicação *Counter-Terrorism: International Law and Practice* em janeiro de 2012. O artigo formula recomendações sobre a forma como a cooperação judiciária deve ser conduzida para salvaguardar os imperativos de segurança nacionais e regionais, respeitando simultaneamente o Estado de direito.

Em 20 de junho, a Eurojust organizou a sua reunião estratégica anual sobre terrorismo, dedicada ao fenómeno do terrorista isolado (o «lobo solitário») e as redes sociais num contexto de terrorismo. Os resultados de um questionário sobre este tema foram partilhados e exemplos de casos relevantes de vários Estados Membros e da Noruega debatidos e apresentados por profissionais.

Em 11 e 12 de dezembro, um *workshop* de profissionais, organizado conjuntamente pela Eurojust e pela Europol, reuniu especialistas da luta contra o terrorismo da Índia e da União Europeia. O objetivo do *workshop* era promover a cooperação judiciária através da definição de interesses comuns e da reflexão sobre as normas de cooperação. Consagrou-se um dia inteiro às questões de cooperação judiciária e aos casos comuns de luta contra o terrorismo. No intuito de recolher informações judiciais pertinentes antes dos debates, a Eurojust distribuiu um questionário sobre estas questões entre as autoridades responsáveis pela luta contra o terrorismo dos Estados Membros.

## Tráfico de estupefacientes

Estatísticas da criminalidade	2012	2011
Número de casos registados	263	242
Número de reuniões de coordenação	59	50
Número de EIC	13	7

*A análise deste tipo de criminalidade confirma que a organização criminoso e o branqueamento de capitais estão muito frequentemente ligados aos casos de tráfico de estupefacientes comunicados à Eurojust. Os Estados Membros mais fortemente envolvidos neste tipo de criminalidade através de pedidos de cooperação judiciária apresentados na Eurojust foram a Suécia, a França e a Itália, enquanto os Países Baixos, a Espanha e a Bélgica foram os mais requeridos.*

Em janeiro, a Eurojust publicou o relatório final sobre o seu projeto estratégico, intitulado *Aperfeiçoamento da ação da Eurojust em casos de tráfico de estupefacientes*, no qual realça a complexidade das atividades necessárias para coordenar a investigação de casos de tráfico de estupefacientes de alto nível. As conclusões preliminares deste projeto foram debatidas num seminário estratégico realizado em Cracóvia, em outubro de 2011. O relatório final aborda as diversas dificuldades sentidas no intercâmbio de informações e na coordenação, os conflitos de competência, a execução dos pedidos de MLA e MDE, as EIC, as entregas controladas, a recuperação de bens e as relações com Estados terceiros. As principais recomendações para as ações de luta contra o tráfico de estupefacientes decorrentes do relatório foram apresentadas ao Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna (COSI) da União Europeia, em junho. Com base nesta análise, a Eurojust elaborou um Plano de Ação para 2012 - 2013, com recomendações destinadas a melhorar o tratamento dos seus casos em cooperação com as autoridades nacionais.

No contexto da European Multidisciplinary Platform Against Crime Threats (EMPACT), a Eurojust participou, entre outros, em quatro projetos relativos ao tráfico de estupefacientes com especial incidência nas drogas sintéticas, no tráfico efetuado por grupos de criminalidade organizada da África Ocidental, no tráfico através dos Balcãs Ocidentais, e no tráfico em contentores.

Os representantes da Eurojust contribuíram para um estudo preparatório de uma avaliação de impacto sobre um novo instrumento legislativo destinado a

substituir a Decisão-Quadro 2004/757/JAI do Conselho relativa ao tráfico ilícito de droga.

A Eurojust esteve representada na *Segunda Conferência sobre os indicadores da oferta de droga* do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA), que teve lugar em Lisboa, no mês de novembro. Em finais de 2012 iniciaram-se as negociações formais com vista à celebração de um Memorando de Entendimento entre a Eurojust e o EMCDDA.

No contexto da cooperação com os países da América Latina, a Eurojust participou no seminário de alto nível da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana sobre a *Luta Contra o Tráfico de Estupefacientes e a Criminalidade Organizada na Europa e na América Latina*, realizado no México, em fevereiro. A coopera-

ção com a Rede de Magistrados contra a Criminalidade Organizada na América Central (REFCO), uma iniciativa do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade (UNODC), foi igualmente explorada.

A cooperação com a Rede Iberoamericana de Cooperação Jurídica Internacional (IberRed) foi frutuosa.

## Tráfico de seres humanos

Estatísticas da criminalidade	2012	2011
Número de casos registados	60	79
Número de reuniões de coordenação	20	24
Número de EIC	6	6

Um grupo de criminalidade organizada da Antiga República Jugoslava da Macedónia criou várias redes de tráfico de estupefacientes na Áustria, Alemanha, Bélgica e Países Baixos. Essas redes organizavam o transporte de volumosos carregamentos de heroína da Antiga República Jugoslava da Macedónia para a Bélgica e os Países Baixos. Uma vez chegada à Europa Ocidental, a heroína era distribuída em pacotes de até 5 kg e enviada para Frankfurt e Viena. É possível que existissem ligações ao Reino Unido, Suécia, Dinamarca, França e Suíça.

Graças à cooperação policial entre a Áustria e a Alemanha e à realização de investigações intensivas, foram apreendidas grandes quantidades de heroína em ambos os países. Foram detidos vários membros dos escalões inferiores do GCO, mas ao fim de 2 ou 3 dias já tinham sido substituídos. Para acelerar os esforços comuns de luta contra o GCO, as partes acordaram que a Eurojust deveria coordenar as investigações nos Estados Membros e promover a abertura de investigações e ações penais na Antiga República Jugoslava da Macedónia.

Quando a Eurojust começou a participar nas investigações, nem os Países Baixos nem a Antiga República Jugoslava da Macedónia tinham ainda instaurado processos penais. Dado que este último país não permite a extradição dos seus nacionais e a maioria dos suspeitos residiam no seu território, a Eurojust organizou duas reuniões de coordenação para incentivar o seu envolvimento e acelerar as investigações. Em resultado da primeira reunião de coordenação realizada na Eurojust, a Antiga República Jugoslava da Macedónia instaurou procedimentos penais. As investigações coordenadas levaram à detenção e condenação dos principais suspeitos e de vários outros criminosos.

Posteriormente, o GCO reconstituiu a sua rede, o que motivou uma terceira reunião de coordenação na Eurojust para debater a forma de fomentar a cooperação. Vários problemas jurídicos, causados por diferenças entre os sistemas jurídicos dos países envolvidos, colocavam obstáculos à divulgação de informações e ao pleno envolvimento dos potenciais parceiros. Esta terceira reunião de coordenação constituiu um fórum de debate aprofundado sobre o modo de ultrapassar as questões jurídicas e de identificar potenciais soluções que conjugassem a utilização de vários instrumentos judiciais. Após a realização de uma consulta e o estabelecimento de um consenso a nível nacional sobre as medidas a adotar, uma quarta reunião de coordenação na Eurojust levou à criação de uma EIC entre a Áustria, a Alemanha, os Países Baixos e a Antiga República Jugoslava da Macedónia, que está atualmente em funcionamento. A EIC recebeu apoio financeiro através do Projeto de Financiamento das EIC da Eurojust.

*A análise deste tipo de criminalidade mostra que cerca de metade dos casos estavam relacionados com o tráfico de seres humanos como delito autónomo. A participação numa organização criminosa estava frequentemente associada aos casos de tráfico de seres humanos comunicados à Eurojust, seguida pela imigração ilegal. Os Estados Membros que iniciaram mais casos relativos a este tipo de criminalidade na Eurojust são a Alemanha e o Reino Unido, seguidos pela Bulgária e a Espanha; os Estados Membros mais requeridos para cooperação neste domínio são a Roménia, a Bulgária e os Países Baixos.*

A Declaração Conjunta das Instituições de Justiça e Assuntos Internos de 2011 procurou abordar o tráfico de seres humanos de forma coordenada, coerente e abrangente, tendo levado a Eurojust a assumir o compromisso de intensificar os seus esforços de assistência aos Estados Membros, em cooperação com outras agências, nas investigações e ações penais relativas ao TSH, bem como na coordenação das ações transfronteiriças.

Dando seguimento à referida declaração conjunta e em conformidade com a Estratégia da União Europeia para a erradicação do tráfico de seres humanos 2012 - 2016, a Eurojust iniciou um projeto estratégico, a *Ação da Eurojust contra o tráfico de seres humanos*, destinado a reforçar e melhorar a cooperação entre as autoridades judiciais nacionais na luta contra o TSH; a conferir maior eficiência à utilização dos instrumentos jurídicos existentes; a intensificar os esforços de repressão desses crimes a nível nacional e a aumentar o envolvimento da Eurojust em casos de TSH. O projeto assentava i) na análise das respostas a um questionário enviado a todos os Estados Membros, à Croácia e à Noruega; ii) na análise de casos específicos da Eurojust no domínio do tráfico de seres humanos, no período entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2011; e iii) nas conclusões extraídas numa reunião estratégica sobre TSH que teve lugar na Eurojust em abril de 2012. Os resultados foram utilizados para elaborar um *Relatório Final e Plano de Ação para 2012 - 2016*, apresentado na Jornada Europeia Contra o Tráfico de Seres Humanos, realizada em Bruxelas, em 18 de outubro de 2012.

A Eurojust apoiou as iniciativas de formação organizadas pela Frontex e a CEPOL com a sua experiência e os seus conhecimentos especializados. Estabeleceu contactos com o Grupo Informal das Nações Unidas sobre Tráfico de Pessoas e com a Plataforma sobre Tráfico de Pessoas estabelecida pela Associação Internacional de Procuradores (IAP).

A França iniciou um caso de tráfico de seres humanos que envolvia a exploração sexual de nacionais da Bulgária. Os membros de um GCO recrutavam as vítimas nesse país e obrigavam-nas a prostituir-se em vários países europeus.

As autoridades francesas solicitaram o apoio da Eurojust para identificar eventuais processos paralelos em curso na Bélgica e facilitar a constituição de uma EIC. Após uma reunião de coordenação realizada na Eurojust, as autoridades belgas iniciaram uma investigação preliminar cujos alvos eram dois suspeitos que apareciam nos processos franceses.

Constituiu-se uma EIC com a participação da França, da Bulgária, da Eurojust e da Europol para facilitar o intercâmbio de informações e de provas. A EIC recebeu apoio financeiro através do Projeto de Financiamento das EIC da Eurojust. As investigações da atividade criminosa incidiram quer sobre o tráfico de seres humanos quer sobre os fluxos financeiros dele resultantes. Neste aspeto, a análise das transações financeiras efetuada pela Eurojust através das remessas da Western Union foi particularmente útil para identificar lucros ilícitos enviados de França para os principais suspeitos residentes na Bulgária.

Após a minuciosa investigação levada a cabo pela EIC, a França iniciou uma operação comum. Devido à grande mobilidade do GCO, as autoridades belgas e polacas também participaram nessa operação. Estabeleceu-se um centro de coordenação na Eurojust com a participação das Representações Nacionais implicadas no caso, da Unidade de Análise de Casos e da Europol, que assegurou uma tomada de decisões e um intercâmbio de informações em tempo real. O centro de coordenação também facilitou a emissão de quatro MDE no decurso da operação, forneceu análises e assegurou a comparação cruzada de informações, que identificou ligações a outras investigações paralelas na União Europeia. Foram feitas 13 buscas, com apreensão de provas documentais e telefones móveis, foram executados seis MDE e detidas nove pessoas.

A Eurojust participou no projeto da EMPACT contra o tráfico de seres humanos e no projeto denominado *Introdução dos requisitos para criar EIC destinadas a combater o TSH no Sudeste da Europa*, conduzido pela Bulgária e a Eslovénia, e que tinha como temas centrais a cooperação judiciária, a coordenação e a proteção das vítimas.

## Fraude

Estatísticas da criminalidade	2012	2011
Número de casos registados *	382	218
(* Os valores totais referentes a 2012 não podem ser comparados com os anos anteriores – ver explicação infra)		
Número de reuniões de coordenação	33	58
Número de EIC	11	4

As autoridades judiciárias da Suécia pediram à Representação Sueca na Eurojust para organizar uma reunião de coordenação destinada a debater vários obstáculos jurídicos relativos à investigação de um caso de fraude de vendas por telefone (*boiler room*), o denominado «programa de investimento de alto rendimento». O caso tinha ligações com a Finlândia, a Islândia, Chipre e Reino Unido. Na Suécia, foram identificadas 19 vítimas, que tinham sido defraudadas num montante total de 800 000 EUR.

A reunião de coordenação realizada na Eurojust teve os seguintes objetivos: trocar informações sobre as provas e as informações recolhidas nos países envolvidos, determinar o país que estava em melhor posição para instaurar um procedimento penal relativo ao caso, e tomar uma decisão sobre a possibilidade de prorrogar o acordo bilateral relativo à EIC entre a Suécia e a Finlândia.

Após a reunião de coordenação esse acordo foi prorrogado e alargado ao Reino Unido, Chipre e Islândia. A Eurojust facilitou o processo de alteração do acordo da EIC e facultou o financiamento necessário através do Projeto de Financiamento das EIC. Na reunião de coordenação, todos os países concordaram que a Suécia deveria chefiar a investigação e a ação penal neste caso de fraude, evitando assim um conflito de competência.

*Os casos de burla (86 casos) e de fraude em matéria de IVA (58 casos) tiveram especial destaque em 2012. A análise deste tipo de criminalidade mostra que, na maioria dos casos (256), a fraude figurou como delito autónomo. No entanto, a criminalidade organizada, a falsificação de documentos e o branqueamento de capitais foram as infrações penais mais frequentemente associadas à fraude nos casos em que esta não foi um delito autónomo. Os Estados Membros que iniciaram mais casos relativos a este tipo de criminalidade foram a Áustria, a República Checa e a Hungria; os países mais requeridos foram o Reino Unido, a Espanha e a Alemanha.*

Em 2012, a Eurojust aplicou novos critérios de classificação estatística dos seus casos por tipo de criminalidade. Essas alterações explicam o aumento aparente dos casos de fraude.

A Eurojust também participou numa reunião de peritos organizada pela Europol no âmbito do Ponto Focal sobre fraude intracomunitária de «operadores fictícios» (*Missing Trader Intra-Community* (MTIC)) da Europol.

## Corrupção

Estatísticas da criminalidade	2012	2011
Número de casos registados	30	26
Número de reuniões de coordenação	7	19
Número de EIC	3	1

*A maioria dos casos estavam ligados ao branqueamento de capitais e à fraude.*

A Eurojust interveio em vários casos relativos a concursos ou à adjudicação de contratos públicos envolvendo fundos europeus.

A Eurojust participou num painel de peritos que analisaram as conclusões de um estudo financiado pela Comissão e intitulado *Desenvolvimento de um Mecanismo de Avaliação da UE no domínio da Luta contra a Corrupção com especial incidência na identificação e na redução dos custos da corrupção na adjudicação de contratos públicos envolvendo fundos da UE*. A Eurojust contribuiu com os seus conhecimentos especializados em matéria de investigação e ação penal.

A Eurojust participou no debate sobre corrupção transmitido pelo canal televisivo *Euronews* em setem-



bro de 2012. Nesse debate, foi realçado o seu papel na luta contra a corrupção, bem como as propostas concretas para resolver os problemas com que o o Ministério Público se depara na investigação e no exercício da ação penal por corrupção. Estes problemas e as propostas da Eurojust já tinham sido objeto de um debate realizado na Eurojust, após a adoção, em 2011, do pacote de luta contra a corrupção da UE, pelo Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais e Diretores do Ministério Público dos Estados-Membros da União Europeia. A principal mensagem nele transmitida foi de que a Eurojust está ativamente empenhada na luta contra a corrupção e que o seu desenvolvimento futuro, à luz do TFUE, visará aumentar a sua eficiência e eficácia.

Os representantes de uma empresa finlandesa fabricante de veículos blindados eram suspeitos de pagamento de subornos a funcionários e responsáveis políticos do Governo croata. As autoridades finlandesas iniciaram uma investigação por suspeita de suborno agravado, depois de terem descoberto que as transações monetárias relativas a este negócio eram semelhantes às de outro negócio entre a mesma empresa e as autoridades eslovenas. Uma empresa austríaca serviu de intermediária nas transações entre as duas partes, recebendo pagamentos do produtor de veículos. As autoridades finlandesas tinham motivos para crer que o crime de suborno fora cometido como parte dos adiantamentos relacionados com o negócio.

Com o apoio da Eurojust, constituiu-se uma EIC, a qual permitiu que as autoridades competentes finlandesas, austríacas e croatas realizassem, em conjunto, investigações eficazes na fase de inquérito do processo penal. No âmbito da EIC, as autoridades nacionais também puderam realizar as audições e outras medidas de investigação necessárias. A Eurojust acolheu duas reuniões de coordenação, nas quais os participantes na EIC chegaram a acordo sobre a elaboração de um plano operacional a assinar por todas as partes. O apoio da Eurojust provou ser importante para que as partes na investigação pudessem cooperar eficazmente e desenvolver a confiança mútua. Em 2012, a Eurojust continuou a facilitar o trabalho das autoridades nacionais neste caso.

## Cibercriminalidade

Estatísticas da criminalidade	2012	2011
Número de casos registados	42	24
Número de reuniões de coordenação	5	10
Número de EIC	2	2

*A análise integrada deste tipo de crime confirma que a criminalidade organizada, a fraude e o branqueamento de capitais estavam frequentemente ligados aos casos de cibercriminalidade comunicados à Eurojust. Estes casos estavam na sua maioria relacionados com o phishing ou com imagens de abusos de menores na Internet. Os Estados Membros mais envolvidos nesta categoria de criminalidade como países requerentes foram a Roménia, a Bélgica, a Estónia, a Alemanha, a França e a Itália; os Estados Membros cuja cooperação judiciária foi mais frequentemente requerida foram a Itália, o Reino Unido e a Alemanha, seguidos pela Espanha e os Países Baixos. No período de referência, a Eurojust acolheu um centro de coordenação sobre cibercriminalidade.*

A Eurojust voltou a participar na Plataforma Europeia para a Cibercriminalidade, incluindo o Sistema em Linha de Informações sobre Criminalidade na Internet (I-CROS) e o ponto focal Cyborg da Europol.

Em conformidade com as Conclusões do Conselho sobre a criação do Centro Europeu da Cibercriminalidade (EC3), que enfatizou a importância de assegurar uma estreita colaboração do EC3 com a Eurojust, o Colégio da Eurojust nomeou um representante para o Conselho de Administração do EC3 em dezembro de 2012. Na primeira reunião do Conselho de Administração do EC3, a Eurojust propôs-se atuar como ponto focal para as instâncias judiciais interessadas e investigar todas as ligações possíveis entre o EC3 e a formação em matéria de cibercriminalidade para os sistemas judiciais dos Estados Membros. O Colégio da Eurojust decidiu criar uma *Task Force* sobre cibercriminalidade na Eurojust e destacar um funcionário para o EC3 a fim de assegurar a cobertura da dimensão judiciária.

Uma vez que a sua esfera de ação também se estende à cooperação com Estados terceiros, a Eurojust organizou um *workshop* sobre cibercriminalidade no contexto do *Workshop sobre a aplicação dos acordos de auxílio judiciário mútuo e extradição entre a União Europeia e os Estados Unidos da América*, nos dias 25 e 26 de outubro.

Desde agosto de 2010 que um grupo de criminalidade organizada vinha utilizando cartões de crédito falsos e dados de cartões de crédito furtados para pagar artigos comprados em sítios da Internet alemães. Estes artigos, que consistiam, na sua maioria, em aparelhos eletrónicos de alta qualidade como *tablets*, máquinas fotográficas digitais, televisores de ecrã plano e telefones móveis, bem como vestuário e relógios de marca, eram enviados para comerciantes da Alemanha, que depois os reenviavam para o norte da Europa (principalmente para a Estónia).

Realizaram-se duas reuniões de coordenação na Eurojust. Na primeira reunião, em 2011, foi assinado um acordo de EIC entre a Estónia e a Alemanha com vista a identificar os suspeitos e dismantelar o GCO. Os membros da EIC também trocaram informações para facilitar a instauração de procedimentos penais em ambos os países. As autoridades judiciais estónias necessitavam que as autoridades alemãs lhes fornecessem informações sobre as infrações principais relacionadas com o branqueamento de capitais cometidas na Alemanha. Devido às diferenças em matéria de processo penal, as autoridades alemãs tinham recolhido as informações de acordo com os procedimentos alemães e, por isso, elas não estavam conformes com os requisitos jurídicos estónios. No âmbito da EIC, os problemas foram resolvidos e documentação adicional foi rapidamente preparada pelas autoridades alemãs, permitindo, assim, que as autoridades estónias satisfizessem os requisitos de prova do seu processo penal.

Em consequência das investigações, em 2011 foram apreendidos na Alemanha bens no valor estimado de 250 000 EUR. Os prejuízos causados pelos infratores foram estimados, no total, em 3 milhões de EUR. No processo judicial estónio, 27 suspeitos foram identificados e acusados de branqueamento de capitais.

Em 2012, teve lugar na Eurojust uma segunda reunião de coordenação, na qual as autoridades dos países participantes informaram que as investigações tinham revelado ligações à Rússia, à Itália, ao Reino Unido, à Áustria e à Lituânia.

## Branqueamento de capitais

Estatísticas da criminalidade	2012	2011
Número de casos registados	144	122
Número de reuniões de coordenação	34	27
Número de EIC	8	4

*A análise revela que um número significativo de casos (64) envolvia o branqueamento de capitais como delito autónomo. A fraude, a criminalidade organizada e o tráfico de estupefacientes foram as categorias de criminalidade mais frequentemente associadas ao branqueamento de capitais nos casos em que este não surgia como delito autónomo. Os Estados Membros que mais casos iniciaram foram a Áustria, Chipre e o Reino Unido. Os Estados Membros mais requeridos foram a Itália, os Países Baixos e a França.*

A Eurojust participou em reuniões do Grupo de Ação Financeira (GAFI) e na reunião de peritos organizada pela Europol no âmbito do seu Ponto Focal Sustrans.

As autoridades de Espanha e do Reino Unido estavam a investigar um sofisticado esquema de branqueamento de capitais. As atividades ilegais incluíam a importação, a aquisição e a distribuição de drogas controladas. Alguns dos métodos utilizados pelo grupo de criminalidade organizada para fazer o branqueamento de mais de 2 milhões de EUR incluíam a fraude hipotecária, as vendas fraudulentas de veículos e a aquisição de bens em Espanha e no Reino Unido.

O objetivo da investigação consistiu em identificar os investimentos do GCO em Espanha e proceder à apreensão de bens. A Eurojust facilitou o intercâmbio de informações entre a Espanha e o Reino Unido, permitindo que as autoridades espanholas identificassem outros imóveis pertencentes a membros do GCO estabelecido em Espanha. A análise dos dados efetuada pela Europol ajudou a identificar as relações entre os membros e associados do GCO. Na sequência de duas reuniões de coordenação, as autoridades espanholas detiveram vários suspeitos e apreenderam os seus bens.

## Grupos de criminalidade organizada itinerantes

Estatísticas da criminalidade	2012	2011
Número de casos registados	231	197
Número de reuniões de coordenação	43	56
Número de EIC	5	6

A análise deste tipo de crime mostra que um número significativo de casos (68) estavam relacionados com a criminalidade organizada como delito autónomo. Nos casos em que não era um delito autónomo, o tráfico de estupefacientes foi o tipo de crime mais associado à criminalidade organizada, seguido pela fraude, os atentados contra a vida, a integridade física e a liberdade individual e o tráfico de seres humanos. Os Estados-Membros que registaram mais casos ligados à criminalidade organizada foram a Itália, a Áustria e a Bulgária; os Estados-Membros mais requeridos para cooperação foram a Itália, a Bélgica e o Reino Unido.

Os grupos de criminalidade organizada continuam a estar presentes no tratamento de casos da Eurojust, não só de forma autónoma, mas também enquanto característica transversal agravante de outras infrações.

A fim de assegurar a coerência com as prioridades da União Europeia, a Decisão do Colégio 2012-10 sobre as prioridades operacionais da Eurojust para 2012 - 2013 introduziu os grupos de criminalidade organizada (itinerantes) como uma categoria distinta de criminalidade organizada. Esta categoria refere-se às redes criminosas itinerantes que operam em toda a União Europeia, estando normalmente especializadas em áreas da criminalidade como os assaltos, o roubo de veículos blindados e o furto de metais.

A Eurojust promoveu abordagens multidisciplinares à criminalidade organizada. Em março de 2012 realizou em Copenhaga um seminário estratégico, organizado em conjunto com a Presidência dinamarquesa do Conselho da UE e subordinado ao tema *Abordagem multidisciplinar à criminalidade organizada: medidas administrativas, acompanhamento judicial e o papel da Eurojust*.

A Eurojust também participou em reuniões da Rede Informal sobre a abordagem administrativa para prevenir e combater a criminalidade organizada, e contribuiu ativamente, enquanto membro do núcleo duro dessa rede, para a criação de uma comunidade virtual para os profissionais desta área.

O destino dado aos produtos do crime continua a ser uma preocupação para a Eurojust, tendo sido abordado no seminário denominado *Confisco de bens e criminalidade organizada: procedimentos e perspetivas da cooperação judiciária internacional*, realizado em Palermo, em maio de 2012.

As autoridades italianas estavam a investigar um grupo de criminalidade organizada envolvido na apropriação fraudulenta de veículos pesados (tratores, semirreboques, camiões, etc.) através do desvio e da simulação de furtos em detrimento das empresas de locação financeira, causando prejuízos de vários milhões de euros. As placas de matrícula e os números de registos eram alterados e os veículos posteriormente vendidos na Europa de Leste, Norte de África, Albânia, Turquia, Polónia e Arábia Saudita. O GCO operava em Itália, na Áustria e na Alemanha. As autoridades italianas pediram apoio à Representação Nacional Italiana na Eurojust para alargar as diligências a estes países.

À Eurojust foi pedido que organizasse uma execução simultânea de mandados de detenção europeus e mandados de busca. As Representações Nacionais envolvidas coordenaram as ações com as respetivas autoridades nacionais e decidiram efetuar uma operação conjunta em dezembro de 2011. Nessa operação realizaram-se 13 detenções em Itália, uma na Áustria e uma na Alemanha, bem como numerosas buscas. Após as intervenções, o apoio da Eurojust foi solicitado para facilitar a execução de outros pedidos de auxílio judiciário mútuo e debater a melhor forma de coordenar os processos penais nas jurisdições afetadas para evitar questões relacionadas com o princípio *ne bis in idem*. Uma das suspeitas foi detida no seu país de origem, mas a legislação nacional não permitiu a sua extradição, tendo por isso de ser julgada nessa jurisdição. Para resolver estas questões, foi organizada uma reunião de coordenação em março de 2012, na qual as partes decidiram transferir os processos italianos para as autoridades austríacas.

## Imigração ilegal

Estatísticas da criminalidade	2012	2011
Número de casos registados	29	31
Número de reuniões de coordenação	18	13
Número de EIC	4	2

*A análise deste tipo de criminalidade revela que cerca de metade dos casos se prendiam com a imigração ilegal como delito autónomo. O tráfico de seres humanos, a criminalidade organizada e a falsificação de documentos foram as infrações penais mais frequentemente associadas à imigração ilegal nos casos em que esta não era um delito autónomo. Os Estados Membros que mais casos iniciaram foram a França, a Áustria e a Itália; os Estados Membros cuja cooperação foi mais frequentemente requerida foram a Itália, os Países Baixos e o Reino Unido.*

Como já foi dito, as prioridades operacionais da Eurojust estão em sintonia com as prioridades da União Europeia e agora incluem a imigração ilegal. Este tipo de criminalidade figura pela primeira vez no nosso Relatório Anual.

A Eurojust participou no projeto da EMPACT relativo à imigração ilegal.

## Infrações lesivas dos interesses financeiros da UE

Estatísticas da criminalidade	2012	2011
Número de casos registados	27	21

A Eurojust prestou especial atenção ao domínio das infrações lesivas dos interesses financeiros da UE (as denominadas infrações PIF). Tal como noutros domínios da criminalidade, a Eurojust prestou assistência às autoridades nacionais facilitando a execução imediata das cartas rogatórias e coordenando as medidas a tomar nas investigações e ações penais. Por exemplo, a Eurojust acolheu reuniões de coordenação, facilitou o congelamento e perda do produto dos crimes e tratou dos pedidos urgentes, sobretudo nos casos em que os prazos legais nacionais estavam a findar.

Na resposta dada em junho de 2012 à consulta pública organizada pela Comissão Europeia, subordinada ao tema «*Proteger os interesses financeiros da UE e reforçar a ação penal*», a Eurojust salientou que, da perspetiva da cooperação judiciária, os problemas encontrados na proteção dos interesses financeiros da UE podem resultar de diferenças nos processos penais dos Estados Membros, como as referentes à prescrição e às regras de recolha de provas. Além dis-

As autoridades fronteiriças finlandesas iniciaram uma investigação em dezembro de 2010, após a chegada a um aeroporto finlandês de duas mulheres com passaportes indianos falsificados, que viajavam na companhia de um homem indiano. Após uma investigação preliminar, as autoridades descobriram um grupo de criminalidade organizada muito ativo, que auxiliava a imigração ilegal do Sri Lanka para a União Europeia. As autoridades finlandesas suspeitavam que o GCO facilitava a entrada ilegal de pessoas do Sri Lanka em França, utilizando frequentemente uma rota que passava pelos Emirados Árabes Unidos, o Quênia, a Tanzânia, a Turquia e a Finlândia. Alguns imigrantes ilegais usavam passaportes britânicos falsificados produzidos na Tailândia para viajarem para o Canadá.

As autoridades finlandesas pediram assistência à Eurojust para criar uma EIC com a França. Não obstante as diferenças entre os processos de aprovação de EIC dos dois Estados Membros, a EIC foi estabelecida numa reunião de coordenação realizada na Eurojust em setembro de 2011. O quadro jurídico da EIC permitiu um intercâmbio célere de informações para fins judiciais sem que fossem necessários procedimentos rogatórios demorados. Tanto a barreira linguística como a necessidade de traduções eram suscetíveis de criar obstáculos, pelo que a Eurojust acolheu três reuniões de coordenação, que ajudaram a reforçar a confiança mútua, com o objetivo de trocar informações e superar a barreira linguística.

Além disso, em fevereiro de 2012 foi criado um centro de coordenação na Eurojust para apoiar a execução simultânea da operação na Finlândia, em França e na Bélgica. O centro de coordenação mantinha-se em comunicação direta com um centro operacional da Europol estabelecido em Paris. Os dois centros possibilitaram o intercâmbio de informações e provas, em tempo real, entre a polícia e as autoridades judiciais dos países em causa, e a análise imediata dos dados recolhidos. Durante a operação comum, efetuaram-se 23 buscas e foram detidas 27 pessoas. Após essa operação coordenada, a Eurojust continuou a acompanhar a evolução da situação para que fossem obtidos os melhores resultados a nível judicial.



As autoridades italianas investigaram uma associação criminosa de vários suspeitos italianos envolvidos em evasão fiscal. Esses suspeitos tinham assinado, em nome de várias empresas estrangeiras, um ato de cessão com vista à transferência de ações de uma empresa italiana que operava em Siena para um terceiro, uma empresa registada nas Bermudas, a fim de fugir ao pagamento de impostos em Itália. O esquema de evasão fiscal envolvia ainda uma empresa americana e uma empresa portuguesa, que funcionavam como filiais da sua empresa-mãe sediada nas Bermudas. As mais-valias obtidas pelas duas empresas eram transferidas para a empresa das Bermudas.

As autoridades italianas solicitaram a assistência da Eurojust para facilitar a execução dos pedidos de apoio judiciário mútuo dirigidos às autoridades competentes dos EUA e de Portugal, a fim de adquirir toda a informação e documentação relevantes para provar a natureza fictícia das duas filiais. Graças à célere intervenção da Eurojust, as autoridades portuguesas responderam rapidamente ao pedido de MLA italiano, do qual resultou o pagamento integral das obrigações fiscais da empresa italiana investigada, dentro dos prazos a observar pela investigação preliminar italiana. A reação imediata da Eurojust e das autoridades portuguesas permitiram que as autoridades italianas recuperassem 67 milhões de EUR de impostos não pagos.

so, a falta de recursos e de especialização a nível nacional pode colocar dificuldades práticas à luta contra as infrações lesivas dos interesses financeiros da UE. Nos casos de criminalidade grave, a cooperação e a coordenação entre as autoridades nacionais competentes, numa fase inicial, são essenciais. Quando solicitada, a Eurojust presta estes tipos de assistência às autoridades nacionais competentes.

A Eurojust teve dificuldades na recolha de dados estatísticos fiáveis sobre estas infrações penais, principalmente devido à ausência de uma definição clara de «infração PIF» a nível da UE, situação de que decorrem pontos de vista diferentes daquilo em que consiste tal infração, tanto nos Estados Membros como, consequentemente, nas Representações Nacionais.

## Ponto de Contacto para a Proteção das Crianças na Eurojust - Infrações Penais contra as crianças

O tratamento de casos da Eurojust mostra que os tipos de criminalidade mais comuns lesivos das crianças foram a pedopornografia, os abusos sexuais, o rapto, o tráfico de seres humanos e os atentados contra a vida e a integridade física.

A Eurojust continuou a assumir a liderança na coordenação da informação e no aconselhamento sobre possíveis medidas de investigação e ação penal transnacionais relativas a formas graves de criminalidade contra as crianças comunicadas à Eurojust para efeitos de assistência. As atividades envolveram um contacto frequente com as Representações Nacionais tendo em vista, nomeadamente, o intercâmbio de informações relevantes e o incentivo a que as autoridades nacionais competentes comuniquem à Eurojust mais casos transnacionais que envolvam crimes contra as crianças.

A Eurojust tratou 27 casos de infrações penais contra crianças, incluindo três casos registados pela Noruega. Em finais de 2012, o Ponto de Contacto participou no lançamento oficial de dois importantes instrumentos da União Europeia e internacionais criados para proteger mais eficazmente as crianças contra as formas graves de criminalidade: 1) a Nova Coligação Financeira Europeia contra a exploração sexual de crianças na Internet, um projeto que combate práticas atuais e antigas de distribuição comercial em linha de materiais relativos a abusos sexuais de crianças, através dos sistemas de pagamento e informáticos utilizados nas operações ilegais; e 2) a Aliança mundial contra os abusos sexuais de crianças em linha, que procura melhorar a identificação e o auxílio às vítimas infantis, bem como a repressão eficaz dos criminosos. A Eurojust participou na Conferência Anual de Peritos em Exploração Sexual da Europol e na Décima primeira Conferência Anual sobre o Combate à Cibercriminalidade da ICLN (International Criminal Law Network).

A Decisão Eurojust obriga os Estados Membros a informarem a Eurojust dos casos transnacionais complexos que envolvam a exploração sexual de crianças e a pedopornografia. Desde 2004, a Eurojust registou 187 casos respeitantes a vítimas infantis, tendo sido registados mais nove casos pela Noruega e um caso pelos EUA.

A Representação Nacional Italiana pediu a 11 Estados-Membros e à Noruega, aos EUA, à Europol e à Interpol que apoiassem uma investigação italiana sobre distribuição de material pornográfico envolvendo menores. Um suspeito italiano geria uma rede social, baseada em servidores localizados nos EUA, que servia de plataforma mundial de intercâmbio de imagens e vídeos de crianças com menos de 14 anos de idade.

A Eurojust acolheu duas reuniões de coordenação, em janeiro e fevereiro de 2012, nas quais foi decidida a realização de ações coordenadas, programadas de imediato. Os utilizadores foram identificados através dos seus endereços IP em 12 Estados Membros e na Noruega, Turquia, Ucrânia, EUA e Ásia.

A Eurojust foi solicitada a coordenar as buscas realizadas nos Estados Membros através de instrumentos internacionais de cooperação judiciária, com o apoio da Europol e da Interpol, para preservar as provas e dismantelar a rede.

Foi estabelecido um centro de coordenação na Eurojust com a participação ativa de França, Portugal, Alemanha, Espanha, Suécia e Itália.

Em resultado destes esforços, foram identificadas e indiciadas 112 pessoas por associação criminosa, 10 pessoas foram detidas, a nível mundial, e houve numerosas buscas domiciliárias, com apreensão de provas. As autoridades dos EUA encerraram a rede social e apreenderam os seus conteúdos, assegurando, assim, que poderão ser disponibilizados como prova.

Para solucionar este problema, em dezembro de 2012, o Colégio adotou medidas de aperfeiçoamento da recolha de dados estatísticos e da análise jurídica relativas aos casos relacionados com as infrações PIF tratados na Eurojust. A Eurojust segue com interesse a *Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal*.

Em 14 de setembro de 2012, a Eurojust apresentou uma resposta circunstanciada ao pedido de dados sobre as políticas e ações da UE para combater a fraude contra os interesses financeiros da União, apresentada pela Câmara dos Lordes (*House of Lords: Call for evidence on EU Policies and actions to combat fraud against the financial interest of the EU*).

## 1.4 Equipas de investigação conjuntas

Em 2012, a Eurojust continuou a dar apoio e assistência aos profissionais na criação e operacionalização de equipas de investigação conjuntas. No período de referência, existiam 78 EIC em atividade, 62 delas financiadas pela Eurojust. Os Membros Nacionais participaram em 47 novas EIC, algumas das quais referentes a mais de um tipo de crime. A participação dos Membros Nacionais teve lugar quer na sua qualidade de autoridades nacionais competentes, quer em nome da Eurojust. As EIC abordaram os tipos de criminalidade mais graves, como o tráfico de estupefacientes, o branqueamento de capitais, o tráfico de seres humanos e a fraude. Além disso, a Eurojust recebeu 14 notificações dos Estados Membros, nos termos do artigo 13.º, n.º 5, da Decisão Eurojust.

O recurso crescente a equipas de investigação conjuntas facilitadas pela Eurojust sugere que os profissionais se estão a familiarizar com esse instrumento, apreciam os conhecimentos especializados da Eurojust neste domínio e reconhecem a importância do Projeto de Financiamento das EIC.

O papel especificamente desempenhado pela Eurojust na criação e no bom funcionamento das EIC continuou a prender-se sobretudo com os seguintes aspetos: i) a prestação de apoio à elaboração dos acordos de EIC e dos planos de ação operacionais, nomeadamente nos casos em que é necessário aditar cláusulas específicas aos modelos normalizados, ii) o aconselhamento das autoridades nacionais a respeito da adequação deste instrumento em casos concretos,

iii) a identificação de casos adequados para as EIC, iv) a oferta de informação sobre os diferentes sistemas processuais, v) o apoio às EIC através de reuniões de coordenação, e vi) a coordenação das atividades operacionais levadas a cabo nas operações conjuntas.

O tratamento de casos da Eurojust indica que o bom funcionamento do instrumento EIC ainda enfrenta dificuldades jurídicas e práticas. Foram identificados os seguintes obstáculos: i) níveis ou ritmos de investigação diferentes nos Estados Membros envolvidos numa EIC, ii) ausência de uma investigação paralela em Estados Membros que dela necessitem para poderem participar numa EIC, e iii) diferenças dos sistemas jurídicos, designadamente no que diz respeito às regras de segredo de justiça, ao acesso aos documentos constantes dos processos (questões de publicidade do processo), aos prazos de conservação de dados e aos depoimentos por videoconferência ou aos mecanismos de controlo judicial. A Eurojust voltou a debruçar-se sobre problemas recorrentes relacionados com a admissibilidade da prova e a divulgação de informações e auxiliou os profissionais na sua resolução.

A Eurojust continuou a sensibilizar os profissionais para o recurso às EIC realçando o valor acrescentado deste instrumento, particularmente nos Estados Membros com menos experiência do mesmo.

A Eurojust e os profissionais dos Estados Membros são muito favoráveis a uma avaliação sistemática do instrumento EIC com vista a reforçar e melhorar a sua utilização e o seu funcionamento. Em 2012, o tratamento de casos da Eurojust revelou algum envolvimento na avaliação casuística das EIC, quer antes do alargamento de uma equipa quer após o seu encerramento.

A avaliação deste instrumento foi debatida na Oitava Reunião Anual dos Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas, conjuntamente organizada pela Eurojust e a Europol, em 18 – 19 de outubro. Os peritos foram consensuais quanto à importância da recolha sistemática e centralizada de informações relacionadas com as EIC, realçando a necessidade de desenvolver um modelo normalizado ou uma lista de verificação para auxiliar os profissionais nas avaliações de EIC.

O envolvimento dos pontos de contacto nacionais da Rede de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas (Rede de EIC), prestando apoio ou recolhendo e enviando os resultados das avaliações para um ponto central, possivelmente o Secretaria-

Foi assinado na Eurojust um acordo de EIC destinado a facilitar a realização de investigações no Reino Unido e nos Países Baixos sobre as infrações de auxílio à imigração ilegal e tráfico de migrantes que têm lugar, nomeadamente, através de casamentos falsos, fraudes documentais e infrações à legislação em matéria de droga, cometidos por grupos de criminalidade organizada ou por indivíduos. Um GCO que operava nos Países Baixos estava envolvido no recrutamento de mulheres das Antilhas Holandesas para casarem com nacionais da Nigéria no Reino Unido e legitimarem, assim, o seu estatuto de imigrantes. Realizaram-se três reuniões de coordenação na Eurojust para trocar informações sobre a evolução das investigações no Reino Unido e nos Países Baixos, debater opções práticas respeitantes à fase de detenção nos Países Baixos, estudar as possibilidades de organizar uma reunião estratégica sobre os casamentos falsos e aprofundar competências e conhecimentos neste tipo de crime.

Após dois anos de atividade da EIC, os dois Estados Membros afirmaram ter estabelecido uma parceria muito bem sucedida. No Reino Unido, o plano de ação resultou em 68 detenções, 56 condenações e penas de prisão que somaram, no total, mais de 72 anos. Nos Países Baixos, o suspeito principal foi detido e entregue ao Reino Unido.

do da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas, foi considerado essencial para o processo de avaliação. A criação de uma plataforma baseada na web para os resultados dessas avaliações seria muito útil para facultar informações atualizadas e apoio aos profissionais. Complementarmente às avaliações nacionais, os peritos reconheceram a necessidade de avaliar a utilização do instrumento EIC a nível da União.

### Apoio financeiro da Eurojust às operações das Equipas de Investigação Conjuntas

Tal como foi claramente confirmado pelos profissionais dos Estados Membros, o apoio financeiro e logístico às equipas de investigação conjuntas constitui um valor acrescentado crucial para a constituição e



O Reino Unido iniciou uma investigação na sequência de elementos de prova obtidos de uma vítima búlgara de tráfico de seres humanos, trazida para o seu território via Grécia sob ameaça e forçada a prostituir-se no Reino Unido durante cerca de um mês. Foi verificado que os mesmos suspeitos tinham traficado mais vítimas e as autoridades do Reino Unido estabeleceram um acordo de EIC com a Bulgária. A EIC recebeu apoio financeiro através do projeto de financiamento das EIC da Eurojust, tendo apresentado 3 pedidos de financiamento com base nos quais lhe foram concedidos 98 330 EUR, dois computadores portáteis, uma impressora e um *scanner*.

Realizaram-se duas reuniões de coordenação na Eurojust antes de as partes assinarem o acordo de EIC. As questões de jurisdição eram as que suscitavam maior preocupação, uma vez que os crimes, haviam sido praticados no Reino Unido e na Bulgária e os suspeitos e as vítimas se encontravam distribuídos nesses países. As diferenças existentes em matéria de processo penal, designadamente a exigência de confirmação, colocaram desafios em termos de prova, os quais foram resolvidos através da EIC. O interesse mútuo na EIC e os benefícios por esta proporcionados prevaleceram e permitiram que os esforços conjugados das autoridades dos dois países fossem coroados de êxito.

O trabalho da EIC e a cooperação simplificada através das reuniões de coordenação realizadas na Eurojust levaram à identificação de vários suspeitos e de outras vítimas deste grupo de criminalidade organizada. O principal suspeito foi julgado e condenado a seis anos de prisão.

operação das EIC na União Europeia. A Eurojust é amplamente reconhecida como a principal fonte de apoio financeiro às EIC.

A Eurojust continuou o seu Projeto de Financiamento das EIC, denominado *Para um Melhor Uso das EIC*, em 2012. O projeto, subsidiado pela Comissão Europeia no âmbito do programa *Prevenção e Luta contra a Criminalidade 2007 - 2013*, foi lançado em outubro de 2010. Este projeto, que permite que a Eurojust apoie financeiramente as atividades operacionais das EIC, terminará em 30 de setembro de 2013. A Eurojust está ativamente empenhada em procurar soluções de financiamento alternativas que lhe permitam continuar a conceder esse apoio.

Em 2012, a Eurojust apoiou, no total, 62 EIC diferentes envolvendo 22 Estados Membros. Os domínios da

criminalidade mais frequentemente visados pelas EIC apoiadas foram o tráfico de estupefacientes e o tráfico de seres humanos. Os Estados Membros mais ativos no financiamento das EIC foram o Reino Unido, a França, a Bélgica, a Alemanha, os Países Baixos e a Estónia. Com base nos 143 pedidos de financiamento que recebeu em 2012 (o dobro dos pedidos recebidos em 2011), a Eurojust ajudou a custear as despesas de deslocação, alojamento, tradução e interpretação decorrentes das atividades das EIC. A esta ajuda vem somar-se o empréstimo de telemóveis, computadores portáteis, impressoras e *scanners* portáteis a elementos das EIC, a fim de facilitar as suas comunicações. O maior número de pedidos de financiamento recebidos confirma a importância da existência de financiamento disponível.

Para mais informações sobre o Projeto de Financiamento das EIC, consultar o sítio web da Eurojust.

## 1.5 Tratamento de casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros

Em 2012, a Eurojust solicitou a assistência de Estados terceiros em 242 ocasiões, o que representa um aumento em relação aos anos anteriores. Os Estados terceiros mais frequentemente solicitados foram a Suíça, a Noruega, os EUA, a Croácia, a Sérvia, a Albânia, o Brasil e a Ucrânia. Os principais tipos de criminalida-

de, nestes casos, foram o tráfico de estupefacientes, a fraude e o branqueamento de capitais. A assistência da Eurojust também foi solicitada em casos de cibercriminalidade, corrupção, roubo organizado, auxílio à imigração ilegal e comércio ilegal.

Os Estados terceiros estiveram representados nas reuniões de coordenação da Eurojust em 49 ocasiões, um número superior ao verificado em 2011, sendo os Estados terceiros mais frequentemente envolvidos a Noruega (10), seguida pela Suíça (9), a Turquia (6), os EUA (5), a Albânia (5), a Antiga República Jugoslava da Macedónia (3), a Croácia (2) e a Sérvia (2).

Os pedidos mais frequentemente apresentados pela Eurojust a Estados terceiros foram no sentido de acelerar ou facilitar a execução de pedidos de extradição e de auxílio judiciário mútuo (por exemplo, execução de decisões de apreensão e perda, audições por videoconferência, interceção de comunicações, transferência de procedimentos penais, pedidos de registos criminais), clarificar requisitos jurídicos e a legislação aplicável ou indicar os dados de contacto das autoridades competentes.

O tratamento de casos da Eurojust mostra que a cooperação com Estados terceiros e a assistência prestada pelos pontos de contacto da Eurojust nesses Estados é útil e eficaz. No entanto, surgem dificuldades e atrasos resultantes dos fatores seguintes: i) falta de contactos diretos em alguns Estados terceiros, ii) recurso aos canais diplomáticos, e não às autoridades centrais, para transmitir os pedidos, e iii) diferenças significativas entre os sistemas jurídicos. Estas dificuldades foram identificadas nomeadamente em relação a Estados terceiros com os quais os Estados Membros em causa não tinham estabelecido acordos bilaterais ou multilaterais, ou com os quais a Eurojust não tinha celebrado um acordo de cooperação.

O Memorando de Entendimento entre a Eurojust e a IberRed facilitou a cooperação entre os Estados Membros e os países da América Latina graças à melhoria dos canais de comunicação. As Representações Espanhola e Portuguesa na Eurojust desempenharam um papel ativo como canais para o tratamento de casos da Eurojust que envolviam países latino-americanos. Entre os tipos de assistência mais frequentemente solicitada figuram os pedidos de informação sobre os requisitos jurídicos e a legislação, o estado de execução das cartas rogatórias e dos pedidos de extradição, e a identificação das autoridades e pontos de contacto relevantes.

### Magistrados de Ligação de Estados terceiros destacados na Eurojust

A presença na Eurojust dos Magistrados de Ligação da Croácia, Noruega e EUA facilitou a cooperação judiciária entre as autoridades nacionais competentes.

Em 2009, os EUA começaram a investigar uma rede de criminalidade internacional muito sofisticada e bem organizada envolvida no abuso sexual de menores através da criação e difusão de imagens e vídeos de pedopornografia em todo o mundo. Um boletim informativo em linha, de acesso restrito, foi colocado num servidor dos EUA com o objetivo de permitir que os membros da rede vendessem imagens e vídeos explícitos de si próprios ou de outros adultos a molestarem sexualmente crianças, muitas vezes com idades inferiores a 12 anos, e muitas vezes de forma extremamente violenta. Os criminosos recorriam a diversas medidas para evitarem a deteção, incluindo pseudónimos, servidores *proxy*, cifragem e senhas de acesso. Entre os países envolvidos figuram a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, o Equador, a França, a Alemanha, a Hungria, o Quênia, os Países Baixos, as Filipinas, o Qatar, a Sérvia, a Suécia e a Suíça.

Em 2010, os EUA alargaram a sua investigação através da abertura de um caso na Eurojust com vista a facilitar a coordenação entre as investigações americanas e as dos Estados Membros. Essas investigações revelaram ligações a 45 países e continuaram a produzir resultados até ao outono de 2012.

Em 2012, o Magistrado de Ligação da Croácia registou cinco casos relativos a corrupção e participou em duas reuniões de coordenação. O Magistrado de Ligação da Noruega registou 41 casos relacionados com tráfico de estupefacientes, fraude, homicídio, roubo organizado, tráfico de seres humanos, terrorismo, e ainda três casos envolvendo abusos de menores. A Noruega realizou uma reunião de coordenação num caso de tráfico de estupefacientes, participou em 10 reuniões de coordenação e numa equipa de investigação conjunta. O Magistrado de Ligação dos EUA participou em cinco reuniões de coordenação.

As principais questões e dificuldades práticas em matéria de cooperação judiciária identificadas pelos Magistrados de Ligação são, nomeadamente, os atrasos ou a recusa de execução de pedidos, problemas com a audição de testemunhas por videoconferência, a extradição de nacionais, as diferentes normas de acesso ou obtenção de dados, informações e provas,

as questões de jurisdição e as incertezas quanto à forma como vários Estados envolvidos em investigações conexas devem proceder em relação à instauração de procedimentos penais.

Nas boas práticas incluem-se as estreitas relações de trabalho desenvolvidas entre as Representações Nacionais e os Magistrados de Ligação. Num caso que envolveu a Noruega e os EUA, o Magistrado de Ligação dos EUA contactou imediatamente os agentes do

FBI na Europa e nos EUA para pedir assistência na localização de uma testemunha, tendo concluído as diligências necessárias para recolher o depoimento em 48 horas. As reuniões de coordenação da Eurojust também foram consideradas muito eficazes para coordenar investigações e ações penais de grande importância. Outras boas práticas envolvem o estabelecimento, sempre que possível, de contactos precoces para debater a forma mais eficaz de obter informações e para facilitar a rápida transferência de provas.

## 1.6 A Eurojust e as redes especializadas

### Rede Judiciária Europeia

A Eurojust participou na 38.<sup>a</sup> reunião plenária da Rede Judiciária Europeia (RJE), realizada em Copenhaga e dedicada a questões respeitantes às EIC e à cooperação com a Rede de EIC e a Rede Europeia de pontos de contacto relativa a pessoas responsáveis por crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (Rede Genocídio). Participou igualmente na 39.<sup>a</sup> reunião plenária da RJE em Nicósia, onde se debateram questões relacionadas com a aplicação do Mandado de Detenção Europeu e, em especial, com o princípio de proporcionalidade.

Tal como em anos anteriores, a Eurojust aprofundou o seu relacionamento com a RJE.

Além disso, durante a Presidência dinamarquesa, a *Task Force* Conjunta Eurojust-RJE (a «*Task Force*») foi solicitada a aprofundar a questão da complementaridade entre a RJE e a Eurojust. O Grupo de Trabalho da RJE e de Magistrados de Ligação contribuiu para a preparação da reunião da *Task Force* em Copenhaga e para a elaboração de um documento conjunto destinado a informar as autoridades judiciárias dos Estados Membros sobre o trabalho realizado pela RJE e pela Eurojust e a descrever os serviços prestados por estas organizações. Foram debatidos planos relativos à futura contribuição da *Task Force* para a criação do SNCE e a aplicação dos artigos 13.<sup>o</sup> e 13.<sup>o</sup>-A da Decisão Eurojust.

A Eurojust acolheu também a 33.<sup>a</sup> reunião regular dos pontos de contacto da RJE, a 11.<sup>a</sup> reunião dos Correspondentes para os Instrumentos e a 4.<sup>a</sup> reunião dos Correspondentes Nacionais.

### Rede de Equipas de Investigação Conjuntas (EIC)

Desde 2005 que a Eurojust e a Rede de EIC vêm colaborando no sentido de sensibilizar os Estados Membros para a utilização das EIC, promover essa utilização e desenvolver instrumentos de apoio para a facilitar.

Ao constituir o Secretariado da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas, em 2011, a Eurojust proporcionou aos profissionais das EIC uma plataforma de coordenação útil. Em 2012, o Secretariado forneceu aos profissionais dos Estados Membros, bem como às Instituições e Agências da UE relevantes, mais de 3 500 exemplares da edição impressa do *Manual de Equipas de Investigação Conjuntas Eurojust Europol*.

Em 18-19 de outubro de 2012 mais de 100 profissionais das EIC participaram na 8.<sup>a</sup> Reunião dos Peritos Nacionais sobre Equipas de Investigação Conjuntas. Os debates centraram-se na avaliação das EIC. O ponto 1.4. contém mais informação sobre o trabalho da Eurojust no domínio das EIC.

### Rede Genocídio

Desde 2004 que a Eurojust e a Rede Genocídio mantêm uma cooperação eficaz na luta contra a impunidade dos crimes internacionais graves. Desde a criação do Secretariado da Rede Genocídio na Eurojust, em 2011, as atividades dessa rede aumentaram significativamente. Ao acolher as reuniões da Rede Genocídio e o seu Secretariado, a Eurojust oferece um fórum para os profissionais se reunirem, debaterem, trocarem in-



formações, partilharem boas práticas e experiências, além de cooperarem e se auxiliarem mutuamente na investigação e na instauração de procedimentos penais contra as pessoas responsáveis por crimes de genocídio, contra a humanidade e de guerra.

A Eurojust acolheu as 12.<sup>a</sup> e 13.<sup>a</sup> reuniões da Rede Genocídio nas suas instalações. Ambas as reuniões contaram com a presença de profissionais dos Estados Membros e dos seus homólogos do Canadá, Noruega, Suíça, EUA, Tribunal Penal Internacional (TPI) e tribunais penais internacionais *ad hoc*, Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Interpol, bem como de representantes da sociedade civil.

Na 12.<sup>a</sup> reunião, os participantes debateram a cooperação entre as autoridades nacionais de imigração e a polícia/serviços do Ministério Público na identificação de presumíveis criminosos que entraram ou já residem no território da União Europeia. Os participantes também discutiram os requisitos necessários para que os casos baseados no artigo 1.º, alínea F, da Convenção de Genebra de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados sejam objeto de uma investigação e de uma ação penal eficazes.

A 13.<sup>a</sup> reunião analisou mais aprofundadamente este tema, com a participação do Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo e de ONGs que prestam auxílio na identificação de testemunhas, vítimas e autores dos crimes internacionais graves. Os peritos debateram também: i) a recolha de informações sobre os crimes cometidos no conflito em curso na Síria; ii) o resultado do acórdão do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) sobre questões relacionadas com a obrigação de proceder penalmente ou extraditar (*Reino da Bélgica contra República do Senegal*), e as suas consequências em relação às convenções sobre cooperação em matéria penal; iii) a iniciativa relativa a um novo quadro jurídico internacional de cooperação no que diz respeito aos crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra; e iv) as possibilidades de criar equipas de investigação conjunta destinadas a investigar e proceder penalmente contra os crimes internacionais graves. Os conhecimentos especializados da Eurojust revelaram-se essenciais.

A Eurojust e a Rede Genocídio continuaram a cooperar ativamente na criação de instrumentos de intercâmbio de informações entre os membros da rede.



Relações com instituições  
da União Europeia e parceiros

## 2.1 Relações institucionais



### Parlamento Europeu

Seguindo a prática estabelecida, o Presidente da Eurojust apresentou à Comissão LIBE o Relatório Anual de 2011 no mês de Junho. Registou-se uma troca de pontos de vista sobre o futuro da Eurojust. A Comissão LIBE anunciou a sua intenção de visitar a Eurojust. Em Junho, a Eurojust apresentou igualmente as suas conclusões sobre o *Reforço da cooperação entre as autoridades judiciárias dos Estados Membros envolvidas na luta contra a criminalidade organizada e o papel da Eurojust* à Comissão Especial sobre a Criminalidade Organizada, a Corrupção e o Branqueamento de Capitais (Comissão CRIM).

A Eurojust emitiu o seu parecer sobre a Proposta de Diretiva sobre o congelamento e o confisco do produto do crime na União Europeia. Esse contributo incluiu uma panorâmica geral das boas práticas desenvolvidas em alguns Estados Membros, juntamente com informações sobre os sistemas neles vigentes, admitindo a possibilidade de aplicar o confisco não baseado na condenação.

### Conselho da União Europeia

A Eurojust foi convidada a participar em vários grupos de trabalho do Conselho que se ocupam da cooperação judiciária em matéria penal. Em especial, a Eurojust contribuiu para os esforços do Grupo de Trabalho sobre Questões Gerais e Avaliação (GENVAL), o Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Matéria Penal (COPEN) e o Grupo de Trabalho da Justiça e Assuntos Internos Relações Externas (JAIEX). Além disso, participou em reuniões do Conselho Justiça e Assuntos Internos (JAI) e do CATS, sempre que a sua presença foi solicitada.

A Eurojust continuou a participar nas reuniões e atividades do COSI e a oferecer os seus contributos, de uma perspetiva judiciária, para a cooperação operacional em matéria penal. Em especial, a Eurojust con-

tribuiu para o Segundo relatório anual sobre a aplicação da Estratégia de Segurança Interna da UE e para as *Considerações sobre o financiamento eficaz do ciclo de políticas da União Europeia*, do Conselho, relativamente ao financiamento de EIC pela Eurojust. Além disso, contribuiu para a execução do ciclo de políticas e participou em todos os Planos de Ação Operacionais relacionados com as prioridades da UE em matéria de criminalidade.

As principais conclusões e recomendações do Projeto Estratégico da Eurojust sobre o *Aperfeiçoamento da ação da Eurojust em casos de tráfico de estupefacientes – resultados finais* (11483/12); o relatório dos Resultados do seminário estratégico conjuntamente organizado com a Presidência dinamarquesa sobre *Uma Abordagem Multidisciplinar à Criminalidade Organizada: Medidas Administrativas, Acompanhamento Judiciário e o Papel da Eurojust – Copenhaga, 11 - 13 de março de 2012* – (11298/12), e o relatório final e plano de ação do Projeto Estratégico sobre a *Ação da Eurojust contra o tráfico de seres humanos* – (16947/12), foram apresentados aos grupos de trabalho do Conselho.

### Comissão Europeia

Na sequência das negociações realizadas em 2011, a Eurojust e a Comissão Europeia assinaram, em 20 de julho de 2012, um Memorando de Entendimento que formaliza o intercâmbio de informações e procura reforçar a cooperação em assuntos de interesse mútuo. Ao longo de 2012, a Presidência e o Diretor Administrativo da Eurojust reuniram várias vezes com os seus homólogos da Comissão Europeia, o que facilitou a comunicação sobre questões estratégicas e orçamentais.

A Eurojust respondeu à consulta pública da Comissão Europeia subordinada ao tema *Proteção dos interesses financeiros da UE e reforço dos procedimentos penais*. Nessa resposta, as questões práticas e jurídicas relacionadas com a instituição de uma Procuradoria Europeia (EPPO) especializada foram realçadas, com destaque para a importância de uma relação estreita entre a EPPO e a Eurojust.

A convite da Vice-Presidente Viviane Reding, Comissária para a Justiça, os Direitos Fundamentais e a Cidadania, a Eurojust, juntamente com os Procuradores-Gerais e Diretores do Ministério Público dos Estados

Membros da União Europeia, participou numa reunião realizada em 26 de junho sobre a repressão da fraude contra os interesses financeiros da UE.

Em outubro de 2012, a Eurojust acolheu o convite para participar e contribuir para a reunião consultiva

de peritos da Comissão Europeia e dos Estados Membros sobre a reforma da governação, o controlo parlamentar e as possíveis competências adicionais da Eurojust, como a abertura de investigações e a emissão de decisões vinculativas para resolver conflitos de competência.

## 2.2 Relações com as redes especializadas

### Rede Europeia de Formação Judiciária

A Eurojust continuou a participar ativamente no Programa de Intercâmbio da Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ) e a prestar-lhe o seu apoio. Ao longo do ano, nove magistrados/juízes de diversos Estados Membros passaram três meses na Eurojust, participando no trabalho quotidiano da Representação Nacional dos respetivos países de origem (Áustria, Bélgica, República Checa, Alemanha, Espanha, Hungria, Itália, Portugal e República Eslovaca). O Programa de Intercâmbio familiarizou os participantes com o trabalho da organização na sua globalidade, permitindo-lhes compreender melhor a utilização e a eficiência dos instrumentos judiciais ao dispor das Representações Nacionais.

A Eurojust e a REFJ também acompanharam o recém-criado programa de acolhimento de formandos da REFJ por um curto período (uma semana). Três Representações Nacionais (Hungria, Portugal e Espanha) acolheram esses formandos em dezembro. O programa de intercâmbio por curtos períodos proporciona aos magistrados/juízes a oportunidade de, durante um período de tempo limitado, tomarem conhecimento do âmbito de ação das Representações Nacionais e ficarem com uma perspetiva geral do trabalho realizado na Eurojust.

A Eurojust apoiou ativamente um curso de formação denominado *A Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal na Prática*, em que se apresentaram simulações de casos relacionados com o mandado de detenção europeu e o apoio judiciário mútuo. Os cursos de formação tiveram lugar em várias cidades europeias (Bucareste, Madrid, Lisboa, Cracóvia, Roma, Tartu e Zagreb).

### Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais e Diretores do Ministério Público dos Estados-Membros da União Europeia

Em 2012, a Eurojust continuou a prestar um apoio jurídico e logístico considerável ao trabalho do Fórum

Consultivo de Procuradores-Gerais e Diretores do Ministério Público dos Estado-Membros da União Europeia (Fórum Consultivo).

Em junho, sob a Presidência dinamarquesa, a Eurojust facilitou a resposta do Fórum Consultivo à consulta pública lançada pela Comissão Europeia, intitulada *Proteção dos interesses financeiros da UE e reforço dos procedimentos penais*, com uma contribuição comum sobre a harmonização do direito penal e a criação da EPPO, elaborada com base nas respostas dadas por muitos membros do Fórum Consultivo.

Em dezembro realizou-se na Eurojust uma reunião do Fórum Consultivo, organizada pela Presidência cipriota. Os participantes discutiram os desafios que se colocavam à investigação e ação penal das infrações lesivas dos interesses financeiros da UE, o valor acrescentado proporcionado pela recente Proposta de Diretiva relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal, e os papéis respetivos da União Europeia, da Eurojust e dos Estados Membros. As definições de infrações PIF, as questões de jurisdição, a harmonização das sanções, os prazos e a importância de todas estas questões para a futura instituição da Procuradoria Europeia foram temas igualmente discutidos. O debate incidiu ainda sobre alguns assuntos ligados à cooperação judiciária em matéria de congelamento e confisco, dando especial ênfase aos obstáculos à recuperação de bens, às experiências, boas práticas e necessidades dos profissionais, à utilização prática dos instrumentos da UE existentes e o possível impacto da Proposta de Diretiva sobre o congelamento e o confisco do produto do crime na União Europeia. Os participantes debateram as perspetivas futuras do Fórum Consultivo e, nesse contexto, os membros do Fórum Consultivo solicitaram à Eurojust que continuasse a apoiar as suas atividades. Os resultados desta reunião são transmitidos às instituições relevantes da UE para dar a conhecer os pareceres do Fórum Consultivo sobre todos os temas debatidos e secundar os esforços legislativos e as ações tomadas a nível da UE na luta contra a criminalidade grave.



## 2.3 Instituições e órgãos da União Europeia

### Europol

A cooperação operacional entre a Eurojust e a Europol foi reforçada pela complementaridade dos seus mandatos e continuou a ter crucial importância para as atividades desenvolvidas pela Eurojust ao longo do ano.

O TFUE refere que o papel de coordenação da Eurojust se baseia nas «informações transmitidas pelas autoridades dos Estados Membros e pela Europol». As duas organizações procuraram melhorar o intercâmbio de informações, a fim de permitir que a Eurojust exerça plenamente o seu mandato.

A cooperação no tratamento de casos entre a Eurojust e a Europol beneficiou da participação desta última em reuniões de coordenação da Eurojust referentes a 85 casos. O desenvolvimento de uma comunicação e cooperação diretas entre as Representações Nacionais e os Gabinetes de Ligação da Europol prosseguiu, sendo muitas as Representações Nacionais que mantiveram contactos e reuniões regulares.

O intercâmbio de informações operacionais através da linha de comunicações seguras entre a Eurojust e a Europol permaneceu estável, tendo sido trocadas 943 mensagens.

O intercâmbio de informações teve uma nova melhoria com a entrada em vigor, em 1 de abril, de um Memorando de Entendimento atualizado sobre o estabelecimento de uma linha de comunicações seguras, que sujeita a troca de informações com a Eurojust ao pré-requisito jurídico de utilização da Aplicação de Intercâmbio Seguro de Informações (SIENA). A implementação técnica da SIENA e a formação que as Representações Nacionais e a Unidade de Análise de Casos tiveram de receber para o efeito estavam quase concluídas no final do ano. O recurso à SIENA no intercâmbio de informações com a Europol será regularmente avaliado para assegurar a sua plena utilização.

A Eurojust continuou a estar associada a 17 dos Pontos Focais da Europol (antigos Ficheiros de Análise) e iniciou os trabalhos relativos a um estudo de viabilidade. Prosseguem ainda os debates com vista a facilitar a futura associação da Eurojust a Pontos Focais como os relativos ao terrorismo islâmico e ao extremismo interno.

Um programa de intercâmbio para funcionários de ambas as organizações, lançado em 2011, foi bem su-

cedido, tendo aumentado o número de visitas mútuas e de participantes. Foram reciprocamente acolhidos na Eurojust e na Europol 44 elementos destas organizações. Os participantes da Europol que visitaram a Eurojust participaram em sessões informativas que tiveram em atenção o seu contexto profissional e necessidades específicos.

A cooperação operacional nas equipas de investigação conjuntas melhorou graças ao desenvolvimento de um mecanismo de informação mútua sobre a participação nessas equipas.

Em 12 de abril e 24 de novembro, realizaram-se reuniões informais entre a Presidência da Eurojust, o seu Diretor Administrativo e a Direção da Europol, uma iniciativa importante que terá continuidade no futuro. À semelhança dos anos anteriores, a Eurojust participou nas reuniões dos Chefes de Unidades Nacionais da Europol (HENU).

### Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude

O Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude (OLAF) é um parceiro privilegiado na luta contra a fraude, a corrupção e outros crimes lesivos dos interesses financeiros da União Europeia. A Eurojust abriu cinco casos com o envolvimento do OLAF e um outro caso, que já tinha sido aberto na Eurojust em 2010, foi alargado à sua participação em 2012. O OLAF participou igualmente em cinco reuniões de coordenação.

Ao longo do ano, as equipas de ligação da Eurojust e do OLAF reuniram-se regularmente com o objetivo de reforçarem a cooperação operacional nos casos em curso e refletirem sobre questões de interesse comum. Nas reuniões comuns, iniciou-se um debate sobre a possibilidade de estabelecer um programa de intercâmbio para a Eurojust e o OLAF.

Em novembro, a Eurojust participou na 10.<sup>a</sup> Conferência de procuradores responsáveis pela luta contra a fraude, organizada pelo OLAF, e em junho na conferência intitulada *Um plano para a Procuradoria Europeia? Regras-modelo da UE em matéria de processo penal*, organizada pela Universidade do Luxemburgo com o apoio do OLAF. Ao longo do ano, a Eurojust e o OLAF intensificaram os esforços para reforçar a cooperação no tratamento de casos e manifestaram o seu empenho em iniciar a cooperação sempre que a necessidade de coordenação for patente, independente-

mente de o caso ter caráter bilateral ou multilateral. A lista de casos comuns é monitorizada e regularmente atualizada, tendo sido acordada uma avaliação comum dos casos encerrados em que o OLAF e a Eurojust tenham estado envolvidos.

Também se chegou a um acordo de princípio sobre a adoção de uma abordagem de «missão comum» por parte dos representantes da Eurojust e do OLAF nos casos em que uma investigação administrativa exija um acompanhamento das autoridades judiciais.

Por último, espera-se que o novo regulamento do OLAF contribua grandemente para a futura cooperação operacional entre a Eurojust e o OLAF, uma vez que refere especificamente a transmissão de informações relevantes à Eurojust.

### Frontex

A Eurojust e a Frontex prosseguiram as negociações relativas a um instrumento destinado a incentivar e a promover a cooperação interagências e a apoiar os seus esforços mútuos na luta contra a criminalidade

transnacional.

A Frontex sucedeu à Eurojust na presidência do grupo de Responsáveis das Instituições de Justiça e Assuntos Internos. A Eurojust participou nas atividades das Instituições de Justiça e Assuntos Internos centradas na cooperação multilateral e esteve presente na reunião anual dos Responsáveis JAI em 3 de dezembro, realizada na Frontex.

### CEPOL

A Eurojust continuou a contribuir para o trabalho da Academia Europeia de Polícia (CEPOL), facultando elementos para o seu módulo de aprendizagem em linha sobre o tráfico de seres humanos, participando no *webinar* da CEPOL para as agências de cooperação policial e judiciária da UE, e dando formação sobre o financiamento das equipas de investigação conjuntas. A fim de aumentar a cooperação futura, a CEPOL e a Eurojust reuniram-se para debater o desenvolvimento de um *Currículo Comum da Eurojust*, tendo sido criado na Eurojust um grupo de trabalho interno sobre este tema.

## 2.4 Relações com Estados terceiros e organizações fora da União Europeia

Em dezembro, a Eurojust apresentou, para aprovação, ao Conselho da UE o projeto de acordo sobre a cooperação entre a Eurojust e o Principado do Liechtenstein e comunicou ao Conselho a sua intenção de encetar negociações formais com vista à celebração de um acordo de cooperação com a República da Moldávia. Os acordos de cooperação com a Federação Russa e a Ucrânia foram reconfirmados como prioritários. Prosseguiram os contactos para explorar a possibilidade de iniciar negociações sobre acordos de cooperação com a Albânia, Bósnia Herzegovina, Cabo Verde, Israel, Montenegro, Sérvia e Turquia. Os países da América Latina, em especial o Brasil, a Colômbia e o México, foram adicionados à lista prioritária de acordos de cooperação a negociar. A Eurojust também acrescentou a Tunísia à sua rede de pontos de contacto em Estados terceiros. Além disso, a Eurojust e a Interpol iniciaram negociações com vista à celebração de um Memorando de Entendimento.

Em Limassol, República de Chipre, nos dias 4 e 5 de outubro, teve lugar um seminário estratégico intitu-

lado *Cooperação judiciária em matéria penal entre os Estados Membros da UE e os seus vizinhos do sul* (Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Autoridade Palestiniana e Tunísia), conjuntamente organizado pela Eurojust, a Presidência cipriota do Conselho da União Europeia, o Procurador-Geral da República de Chipre e a Comissão Europeia. O seminário debruçou-se sobre as boas práticas e as dificuldades sentidas em vários domínios de cooperação judiciária, possíveis medidas futuras para reforçar a cooperação e a nomeação dos pontos de contacto da Eurojust nos países meridionais vizinhos da União Europeia.

Em 25 - 26 de outubro, realizou-se na Eurojust o *Workshop sobre a Aplicação dos Acordos de Auxílio Judiciário Mútuo e de Extradicação entre a União Europeia e os Estados Unidos da América*, conjuntamente organizado pela Eurojust e os EUA, com o apoio da Presidência cipriota, o Secretariado-Geral do Conselho e a Comissão Europeia. O *workshop* abordou as dificuldades que se colocam no domínio da extradicação e do au-

xílio judiciário mútuo, bem como algumas questões relacionadas com a perda e a recuperação de bens, as investigações relativas à cibercriminalidade e o intercâmbio de provas eletrónicas.

A Eurojust continuou a apoiar iniciativas nos Balcãs, incluindo o projeto da Comissão Europeia denomina-

do *Luta contra a criminalidade organizada e a corrupção: reforço da rede de procuradores*.

Para mais informações sobre o tratamento de casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros e o papel desempenhado pelos Magistrados de Ligação de Estados terceiros destacados na Eurojust, ver ponto 1.5.



## A Decisão Eurojust e o futuro



## 3.1 Aplicação da Decisão do Conselho relativa à Eurojust

Era necessário que 20 Estados Membros adotassem legislação para harmonizar o direito nacional com a Decisão Eurojust até junho de 2011. Contudo, em finais de 2012, apenas 12 Estados Membros tinham aplicado integralmente a Decisão Eurojust (7 por via legislativa e 5 por via administrativa), 4 tinham-na aplicado parcialmente e, com base nas informações facultadas pelos Estados Membros, 11 ainda não a tinham aplicado.

A Eurojust concluiu vários projetos relacionados com a aplicação da Decisão Eurojust a nível interno. O Sistema de Coordenação Permanente, que ficou operacional em 2011, já está a funcionar em pleno, permitindo que a Eurojust esteja contactável 24 horas por dia, 7 dias por semana, através de um número de telefone internacional gratuito.

A Eurojust continuou a desenvolver o seu Sistema de Gestão de Casos (CMS), bem como o seu formulário «inteligente» em PDF ao abrigo do artigo 13.º, desenvolvido em 2011 para facilitar uma transmissão estruturada de informações dos profissionais para a Eurojust e melhorado em 2012, na sequência de pedidos dos utilizadores, com a versão 2.0, que também pode ser importada de forma semiautomática no CMS.

Um dos principais desenvolvimentos ocorridos nos Estados Membros em 2012 foi a evolução do SNCE. A Eurojust dedicou outros trabalhos à ligação técnica entre os membros do SNCE nos Estados Membros e o CMS da Eurojust, a fim de responder melhor às necessidades dos utilizadores e tornar a transmissão de informações mais segura e mais conveniente. A curto prazo, esta ligação facultará uma maior segurança às transmissões de correio eletrónico, e a longo prazo,

a ligação permitirá que os membros do SNCE nos Estados Membros fiquem ligados ao CMS. Já existem ligações com a Bulgária e a Roménia, e outros Estados Membros seguir-se-ão brevemente.

Os Correspondentes Nacionais da Eurojust realizaram a sua primeira reunião em 12 de novembro, na Eurojust, com o objetivo de debater e partilhar boas práticas e experiências. A reunião fez o ponto da situação no que respeita ao estabelecimento e funcionamento do SNCE nos Estados Membros, ao intercâmbio de informações com base no artigo 13.º da Decisão Eurojust, à utilização do formulário «inteligente» em PDF ao abrigo do artigo 13.º, do *feedback* da Eurojust com base no artigo 13.º-A, e à ligação técnica entre o SNCE e o CMS da Eurojust. As *fiches suédoises*, desenvolvidas pela Eurojust para facultar uma panorâmica geral da aplicação do SNCE nos Estados Membros, foram lançadas em 2008 sob a Presidência sueca da UE e têm sido regularmente atualizadas.

Vários Estados Membros disseram já ter o SNCE instalado, mas possuir pouca ou nenhuma experiência até à data, devido à sua criação recente. Em alguns Estados Membros, o SNCE foi estabelecido em estrita conformidade com o artigo 12.º da Decisão Eurojust (ou seja, só estão incluídas no SNCE as categorias de membros mencionados na Decisão). Outros Estados Membros preferiram uma abordagem mais alargada e incluíram no SNCE ou convidaram para as suas reuniões representantes de outros organismos não mencionados no artigo 12.º da Decisão Eurojust, designadamente de autoridades policiais especializadas em crimes financeiros, e os pontos de contacto para o OLAF e a Europol.

## 3.2 Sexta ronda de avaliações mútuas sobre a aplicação prática e o funcionamento nos Estados-Membros das Decisões relativas à Eurojust e à Rede Judiciária Europeia

Em junho de 2011, o Grupo de Trabalho do Conselho sobre Questões Gerais e Avaliação (GENVAL) decidiu que a sexta ronda de avaliações mútuas deveria ser

consagrada à aplicação prática e ao funcionamento nos Estados Membros das Decisões relativas à Eurojust e à Rede Judiciária Europeia.

Todos os Estados Membros serão avaliados ao longo de três anos (2012 - 2014). Cada um deles responderá por escrito a um questionário do Conselho e depois receberá a visita de uma equipa de avaliação composta por três peritos de outros Estados Membros e observadores da Comissão, da Eurojust e da Europol. A Eurojust também respondeu a um questionário específico que lhe foi dirigido e essas respostas serão tidas em conta pelas equipas de avaliação que participam nas visitas a cada Estado Membro.

Ao longo de 2012, a Suécia, a Lituânia, a Bélgica, a Estónia, a República Eslovaca, a Dinamarca, a Finlândia, a Hungria e a Áustria foram avaliadas. Após as visitas *in loco* aos Estados Membros, os peritos – com a assistência dos observadores – redigem relatórios de avaliação com base nas respostas dos Estados Membros aos questionários e nas conclusões das visitas de avaliação. Os relatórios finais são apresentados ao GENVAL.

### 3.3 Task Force sobre o Futuro da Eurojust

A *Task Force* sobre o Futuro da Eurojust prosseguiu as suas reflexões e atividades sobre a reforma da Eurojust à luz do artigo 85.º do TFUE e tendo em vista a instituição de uma Procuradoria Europeia «a partir da Eurojust», tal como prevê o artigo 86.º do TFUE.

A Eurojust concluiu a análise inicial sobre a sua estrutura futura, assente nos princípios de boa governação

pública e na independência do trabalho operacional das Representações Nacionais, e apresentou um contributo à Comissão Europeia em que sugere possíveis estruturas de governação. Um segundo contributo incidu sobre o envolvimento do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais na avaliação das atividades da Eurojust.

### 3.4 Conferência sobre os Dez anos da Eurojust, realizações operacionais e desafios futuros

Tanto os conhecimentos especializados adquiridos pela Eurojust na coordenação das investigações sobre formas graves de criminalidade, na última década, como as suas perspetivas futuras foram debatidos numa conferência organizada pela Eurojust em novembro, com o apoio da Academia de Direito Europeu, e subordinada ao título *Dez anos da Eurojust, realizações operacionais e desafios futuros*. A conferência reuniu representantes das instituições da UE e dos organismos relevantes no domínio da justiça penal, representantes dos Estados Membros e das autoridades judiciais nacionais, individualidades académicas e Membros Nacionais atuais e antigos. Pela primeira vez, um evento da Eurojust também foi aberto ao público em geral.

Os participantes confirmaram que as reuniões de coordenação, os centros de coordenação e o apoio às EIC eram considerados instrumentos eficazes para superar as deficiências que afetam as investigações e os procedimentos penais transnacionais contra as formas graves de criminalidade transnacional.

Os participantes salientaram que a melhoria da estrutura interna e do controlo parlamentar da Eurojust

deve ser acompanhada pela sua maior eficácia operacional na coordenação das investigações e procedimentos penais, que poderá vir a incluir, no futuro, a abertura de investigações e a resolução de conflitos de competência.

No contexto do artigo 86.º do TFUE, realçou-se a necessidade de um quadro coerente e de ligações estreitas entre a Eurojust, a Procuradoria Europeia e outros intervenientes relevantes neste domínio, como o OLAF e a Europol, tendo em vista um objetivo comum, como, por exemplo, combater a fraude contra os interesses financeiros da UE mais eficazmente.

Os participantes concordaram que a futura Procuradoria Europeia se deve basear nas estruturas, na experiência e nos conhecimentos especializados existentes e fazer parte de um sistema coerente no espaço de liberdade, segurança e justiça. Concordaram igualmente que a Eurojust desempenhará um papel central na futura EPPO e nas relações com as autoridades judiciais nacionais dos Estados Membros e de Estados terceiros.





Desenvolvimentos administrativos





## 4.1 Desenvolvimentos administrativos

O Plano de Trabalho Anual e os planos operacionais a nível das unidades constituem um componente fundamental do planeamento estratégico e do ciclo de programação da Eurojust, além de serem a base do seu orçamento por atividades. Estão em curso trabalhos de melhoria das ferramentas disponíveis para assegurar um planeamento eficiente, uma orçamentação eficaz em termos de custos e uma boa gestão baseada no desempenho.

As atividades da Eurojust planeadas para 2012 foram desempenhadas por 274 efetivos que trabalham regularmente em Haia, nomeadamente 45 procuradores, juízes ou oficiais da polícia de competência equivalente designados para a Eurojust pelos Estados Membros, 12 peritos nacionais destacados e 217 funcionários. O orçamento da Eurojust para 2012 era de 32 967 000 EUR e a execução orçamental foi de 98 %.

No âmbito do Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia e a Eurojust, realizaram-se várias reuniões de gestão e um intercâmbio regular de informações e consultas entre os representantes da Comissão, o Diretor Administrativo da Eurojust e os Chefes de Unidades e de Serviços. O incremento do diálogo foi mutuamente vantajoso, sobretudo numa altura de restrições financeiras e em que os novos regulamentos da Eurojust estão a ser discutidos.

No quadro das atividades das Instituições de Justiça e Assuntos Internos, a Eurojust participou em reuni-

ões especializadas sobre planeamento estratégico e consultou as outras agências sobre o seu programa de trabalho anual para 2014.

A Eurojust fez progressos em relação ao enquadramento da Revisão da Estrutura Organizacional, incluindo a migração da sua Administração para uma nova estrutura. O processo de migração seguiu-se a um plano de recrutamento, gerido através de uma série de processos de seleção internos e externos. A seleção do Chefe do Apoio Operacional, incluída nos muitos processos de seleção associados a esta migração, foi concluída.

O Plano de Ação para a aplicação da Estratégia de Comunicação da Eurojust, adotado pelo Colégio em outubro de 2012, inclui um elenco de atividades destinadas a reforçar as relações com os parceiros da UE, as partes interessadas e os meios de comunicação social, e cria uma base de dados com casos ilustrativos para aumentar a visibilidade do tratamento de casos da Eurojust. O novo sítio web da Eurojust foi lançado em fevereiro de 2012 por ocasião das celebrações do Décimo aniversário da Eurojust.

A equipa de *design* que irá conceber as novas instalações da Eurojust foi selecionada pela Eurojust e o Estado anfitrião no início de 2012, e tem estado a trabalhar na definição dos requisitos e na conceção final das novas instalações, que deverá estar concluída no final de 2013. Está previsto que as novas instalações da Eurojust sejam entregues em finais de 2015.

## 4.2 Acesso público aos documentos

Os pedidos de acesso público aos documentos da Eurojust aumentaram em 2012, tendo-se registado dezassete pedidos iniciais e um pedido confirmativo. Catorze dos pedidos iniciais foram diretamente recebidos na Eurojust. A Eurojust foi consultada enquanto parte terceira nos outros três casos, na sequência de pedidos recebidos por outras organizações nacionais e internacionais.

Em sete dos oito pedidos não relacionados com casos, o acesso foi integralmente concedido. Num pedido, o acesso foi parcialmente recusado porque a divulgação integral poria em risco a segurança pública, o cumprimento das funções da Eurojust no reforço da luta contra as formas graves de criminalidade e a ob-

servância das regras aplicáveis ao segredo profissional (ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, alínea a), primeiro, quinto e sétimo travessões da Decisão de Adoção de Regras Relativas ao Acesso Público aos Documentos da Eurojust).

No tocante aos seis pedidos de acesso a documentos relacionados com casos, um pedido foi parcialmente concedido; a recusa de alguns documentos solicitados (ou de partes deles) foi decidida por razões de proteção da privacidade e integridade de pessoas e de proteção do processo de tomada de decisão da Eurojust (ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, alínea b), e n.º 3, da Decisão de Adoção de Regras Relativas ao Acesso Público aos Documentos da Eurojust). Em relação a

outro pedido, a Eurojust já não estava na posse dos documentos solicitados. Nos restantes quatro pedidos de acesso a documentos relacionados com casos, o acesso foi recusado porque a sua divulgação prejudicaria a proteção do interesse público no que se refere ao cumprimento das funções da Eurojust no reforço da luta contra as formas graves de criminalidade,

as investigações e os procedimentos penais nacionais a que a Eurojust presta assistência, e a observância das regras aplicáveis ao segredo profissional (ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, alínea a), quinto, sexto e sétimo travessões da Decisão de Adoção de Regras Relativas ao Acesso Público aos Documentos da Eurojust), a integridade de pessoas (ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1,

### Chefes de Unidade e de Serviços da Eurojust



*Da esquerda para a direita:* Jacques Vos, Serviços Gerais; Joannes Thuy, Porta-Voz, Imprensa e Relações Públicas; Diana Alonso Blas, Responsável pela Proteção de Dados; Carla Garcia Bello, Secretária do Colégio; Alinde Verhaag, Análise de Casos; Anna Baldan, Coordenadora do Secretariado da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas; Klaus Rackwitz, Diretor Administrativo; Catherine Deboyser, Serviço Jurídico; Jon Broughton, Gestão de Informação; Mike Moulder, Orçamento e Serviços Financeiros; Linda Scotts, Recursos Humanos; Matevž Pezdirc, Coordenador da Rede Genocídio; Fátima Martins, Secretária da Rede Judiciária Europeia.

### Administração da Eurojust 2013



alínea b), da Decisão de Adoção de Regras Relativas ao Acesso Público aos Documentos da Eurojust) e/ou a proteção do processo de tomada de decisão da Eurojust (artigo 4.º, n.º 3, da Decisão de Adoção de Regras Relativas ao Acesso Público aos Documentos da Eurojust).

Os outros três pedidos de acesso referiam-se a questões ou investigações penais em geral, mas estavam fora do mandato da Eurojust ou diziam respeito a casos aos quais esta não tinha prestado assistência. Por conseguinte, a Eurojust comunicou aos requerentes que não tinha documentos disponíveis.





# Acompanhamento das Conclusões do Conselho





Em 6 de junho de 2012, o Conselho JAI adotou as Conclusões relativas ao décimo Relatório Anual da Eurojust (10360/12). À semelhança de anos anteriores, a Eurojust debruça-se, no presente relatório, sobre a aplicação dessas conclusões. No quadro seguinte prestam-se informações adicionais sobre as áreas relativamente às quais o Conselho formulou recomendações.

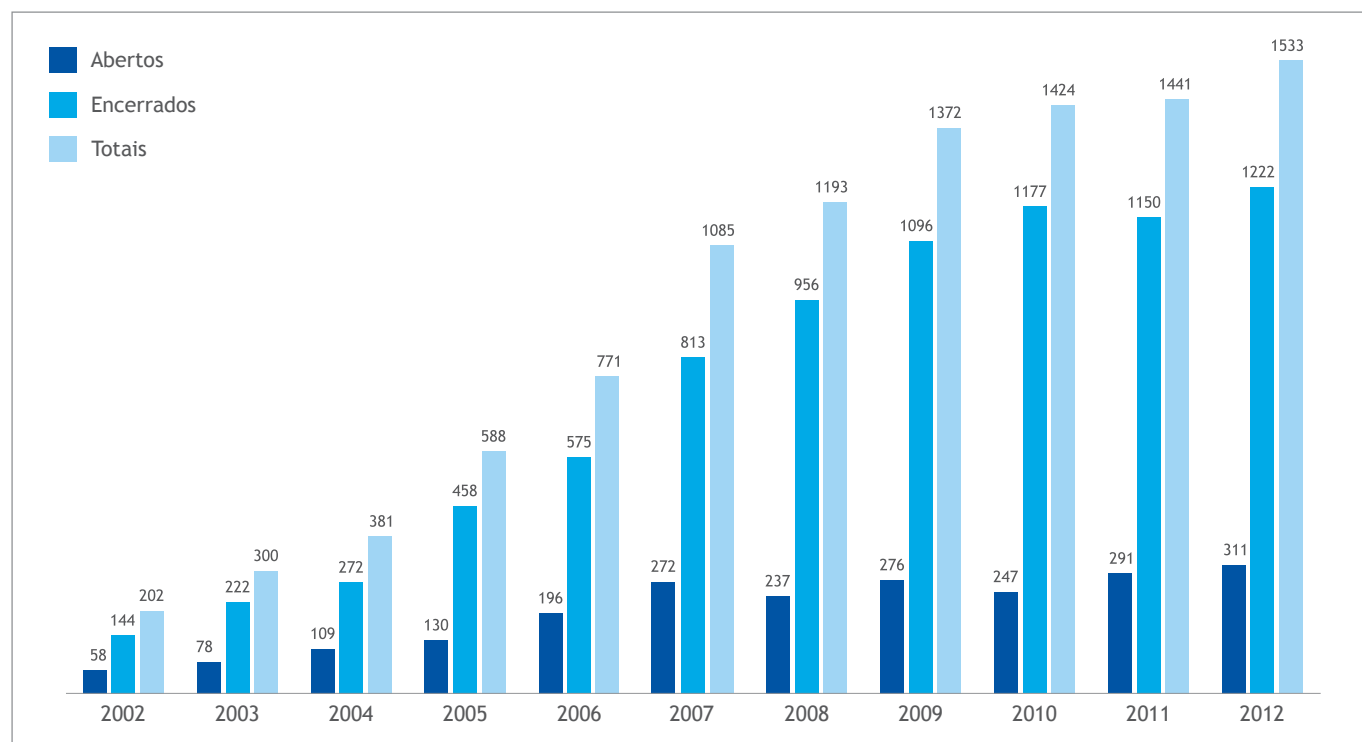
Recomendações do Conselho	Seguimento
Aumentar o recurso à videoconferência.	Embora não haja dados quantitativos disponíveis, verificou-se uma utilização mais frequente do equipamento de videoconferência por parte das Representações Nacionais nas reuniões de coordenação, nos centros de coordenação e nas reuniões com as suas autoridades nacionais.
Desenvolver a utilização dos centros de coordenação e apresentar relatórios sobre a sua utilidade na optimização das investigações.	Foram estabelecidos sete centros de coordenação em 2012. Ver ponto 1.4.
Continuar a apoiar a criação e a aplicação de EIC tendo em vista o desenvolvimento de boas práticas e a partilha de informações sobre as experiências judiciais e os resultados dos casos.	A Eurojust participou em 47 EIC e financiou 62 em 2012. Ver pontos 1.4 e 1.6 (Rede de EIC).
Manter a sua prática de associar a Europol ao processo de coordenação.	A Europol participou nas reuniões de coordenação da Eurojust em 85 casos. Ver ponto 2.3.
Apresentar relatórios sobre a aplicação do artigo 7.º, n.º 3, da Decisão Eurojust em relação ao mandado de detenção europeu.	Ver ponto 1.2.
Aperfeiçoar as suas capacidades de elaboração de relatórios sobre as dificuldades, soluções e tendências da cooperação judiciária em matéria penal.	Ver secção 1.
Apresentar relatórios sobre a utilização do formulário PDF em relação ao artigo 13.º da Decisão Eurojust e especificar a dimensão do intercâmbio de informações.	Foi desenvolvido um modelo eletrónico, cuja versão mais recente permite que os dados sejam automaticamente introduzidos no Sistema de Gestão de Casos. Ver ponto 3.1.
Assegurar a conclusão em tempo útil do projeto EPOC IV.	A conclusão do projeto coincidiu com a Conferência final, realizada em 29 e 30 de março de 2012, em Noordwijk, Países Baixos.
Completar o processo de execução e a aplicação da ligação segura que permite aceder ao CMS a nível nacional.	No total, há 11 Estados Membros que ainda não a aplicaram. Ver ponto 3.1 (Ligação segura com o CMS a nível nacional).
Apresentar relatórios sobre a aplicação do artigo 13.º-A no que diz respeito às informações e ao <i>feedback</i> fornecidos às autoridades nacionais.	<i>Feedback</i> através do relatório anual e dos relatórios estratégicos sobre as formas de criminalidade grave (tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos). Através também da deteção de ligações, da análise cruzada de referências e do intercâmbio de informações nas reuniões de coordenação. Ver ponto 3.1.



## Anexo: Estadísticas relativas a 2012

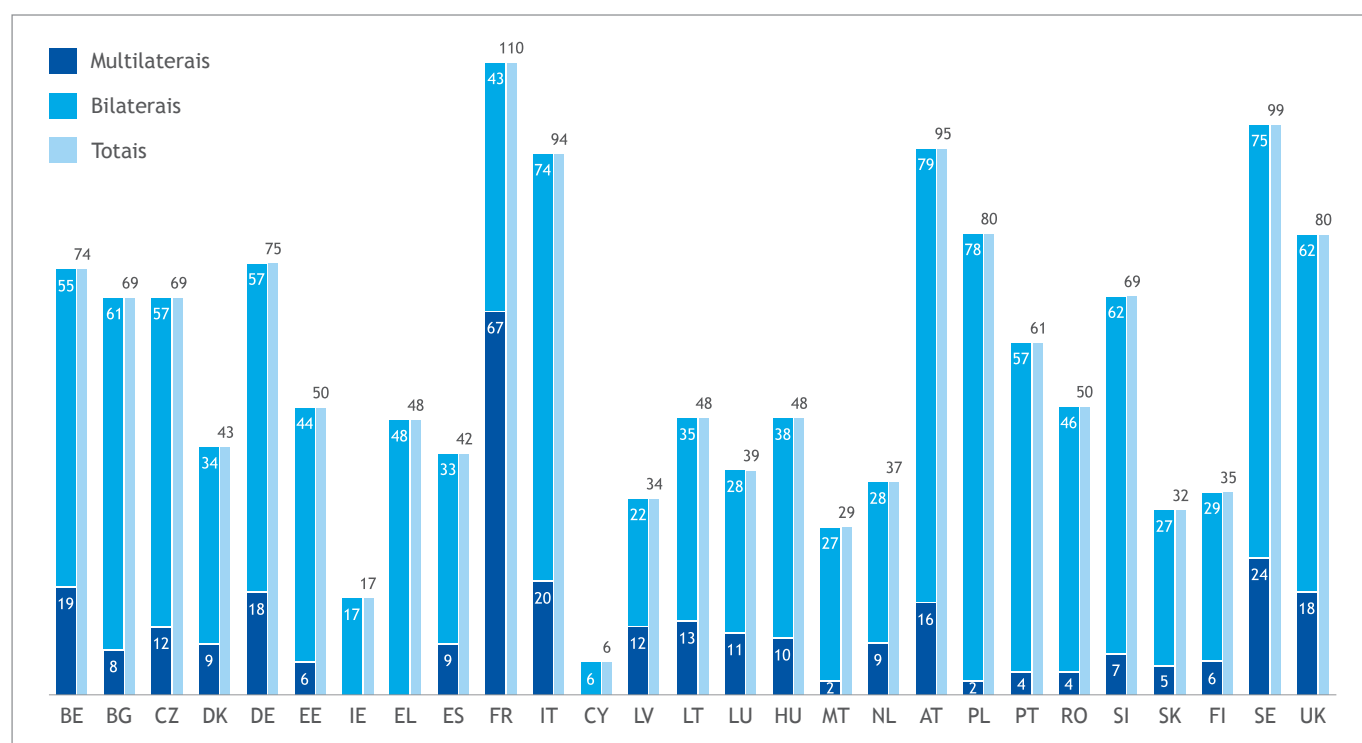
## Gráfico 1 - Evolução dos casos 2002-2012

Em 2012, a Eurojust registou 1 533 casos, valor que manteve a tendência ascendente do número de comunicações para assistência efetuadas pelos Estados Membros desde 2002. Cerca de 20 % destes casos envolveram três ou mais países.



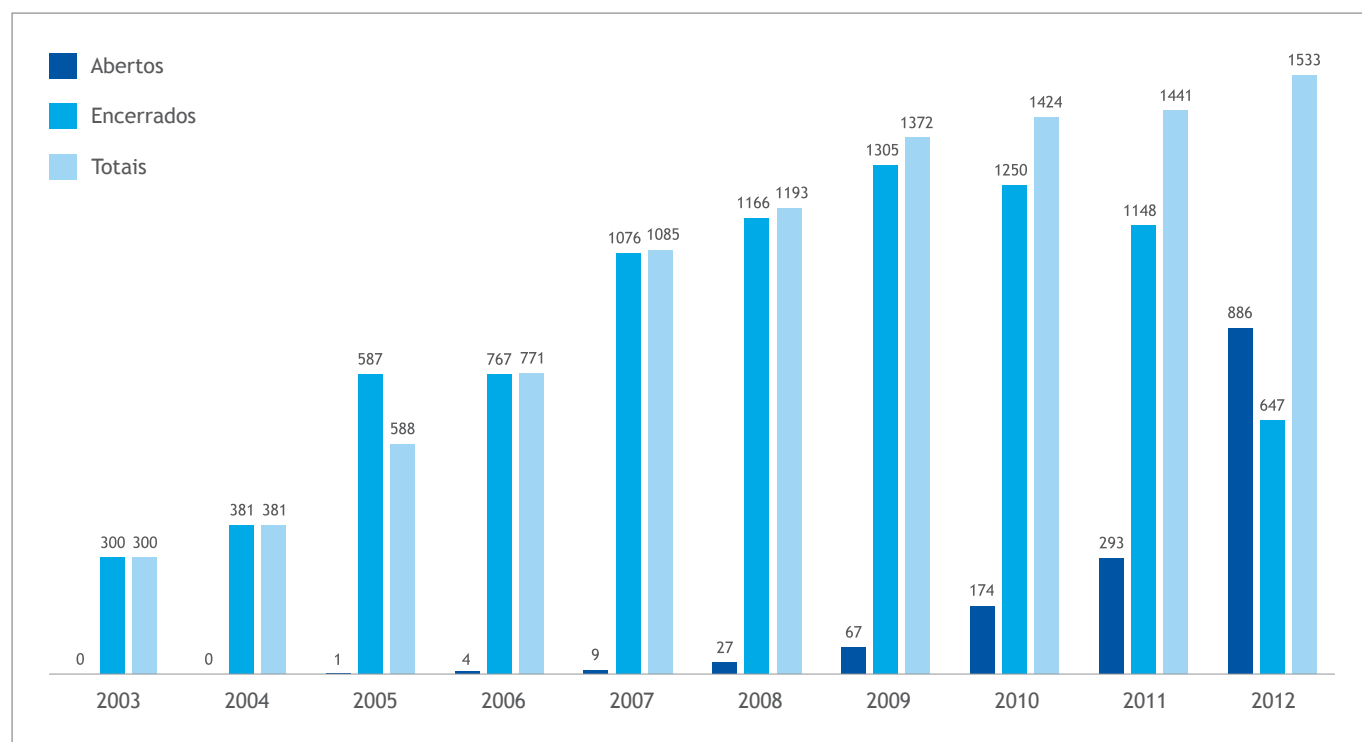
## Gráfico 2 - Casos bilaterais/multilaterais por cada Representação Nacional 2012

O gráfico mostra o número de casos bilaterais e multilaterais registados por cada Representação Nacional em 2012. Um caso bilateral não significa que esteja em causa uma infração penal menos grave ou que o envolvimento da Eurojust seja necessário em menor grau. Um caso bilateral na Eurojust poderá corresponder a um caso multilateral no Estado Membro que lhe deu origem.

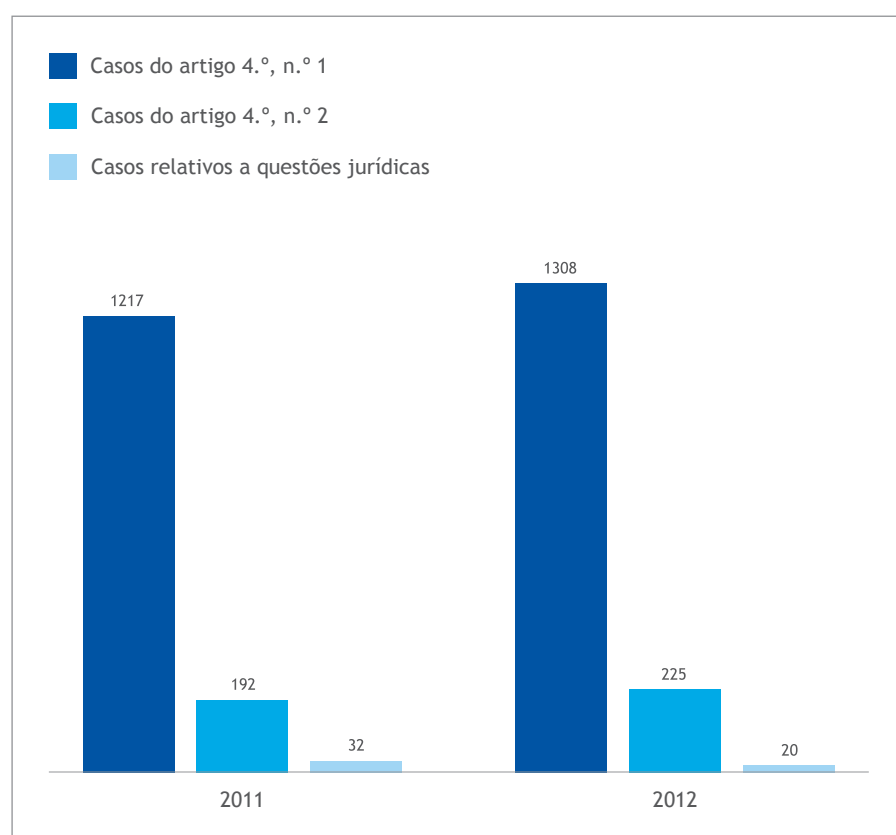


### Gráfico 3 - Casos abertos/concluídos 2003-2012

O volume de casos das Representações Nacionais resulta não só do número de casos registados num ano, mas também dos casos pendentes transitados de anos anteriores. A Eurojust tem um total de 575 casos pendentes, transitados de anos anteriores (2003-2011), que ainda requereram atenção e assistência.



### Gráfico 4 - Classificação geral de casos



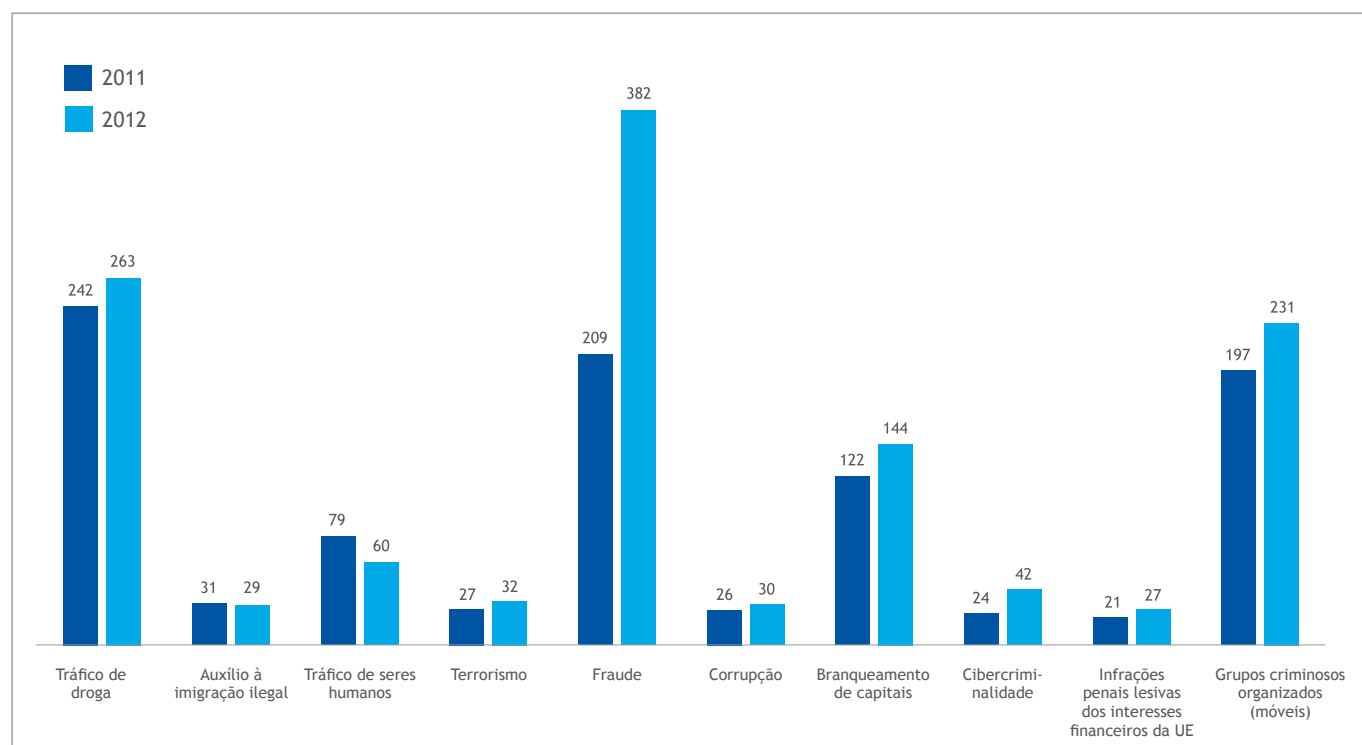
Nos termos do artigo 4.º, n.º 1, da Decisão Eurojust, a esfera de competência geral da Eurojust abrange os tipos de criminalidade em relação às quais a Europol tem, a todo o tempo, competência para atuar, bem como outras infrações cometidas conjuntamente com esses tipos de criminalidade e infrações. Em relação a outros tipos de infrações, a Eurojust pode, segundo os seus objetivos e a pedido de uma autoridade competente de um Estado Membro, prestar assistência em investigações e procedimentos penais, ao abrigo do artigo 4.º, n.º 2. A Eurojust pode igualmente, a pedido de um Estado Membro, prestar assistência em matérias ou assuntos de natureza mais geral que não tenham, necessariamente, uma relação direta com o caso operacional pendente, dizendo respeito, nomeadamente, à legislação interna ou aos procedimentos (casos relativos a questões jurídicas).



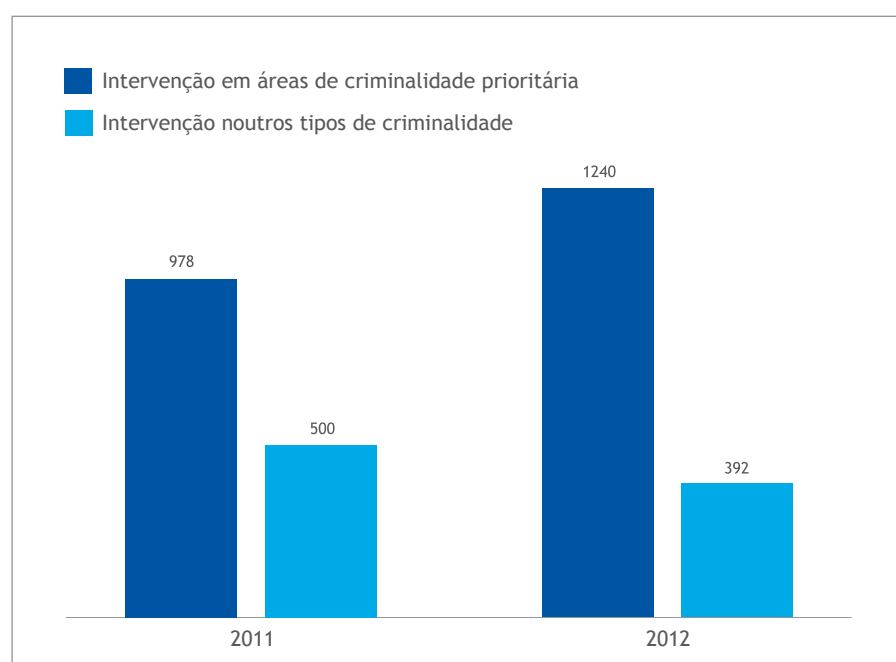
### Gráfico 5 - Tipos de criminalidade prioritários em casos da Eurojust

As áreas operacionais prioritárias adotadas pela Eurojust em 2012-2013 abrangem o tráfico de estupefacientes, o auxílio à imigração ilegal, o tráfico de seres humanos, o terrorismo, a fraude, a corrupção, o branqueamento de capitais, a cibercriminalidade, as infrações penais lesivas dos interesses financeiros da União Europeia e outras atividades relacionadas com a presença de grupos criminosos organizados no seio da economia.

O gráfico reflete o número de vezes que estes tipos de criminalidade foram identificados nos casos registados na Eurojust em 2011 e 2012. Um caso pode abranger mais de um tipo de criminalidade. Informações complementares constam dos pontos pertinentes da secção 1.



### Gráfico 6 - Tipos de criminalidade prioritários e outros tipos de criminalidade no âmbito dos casos da Eurojust

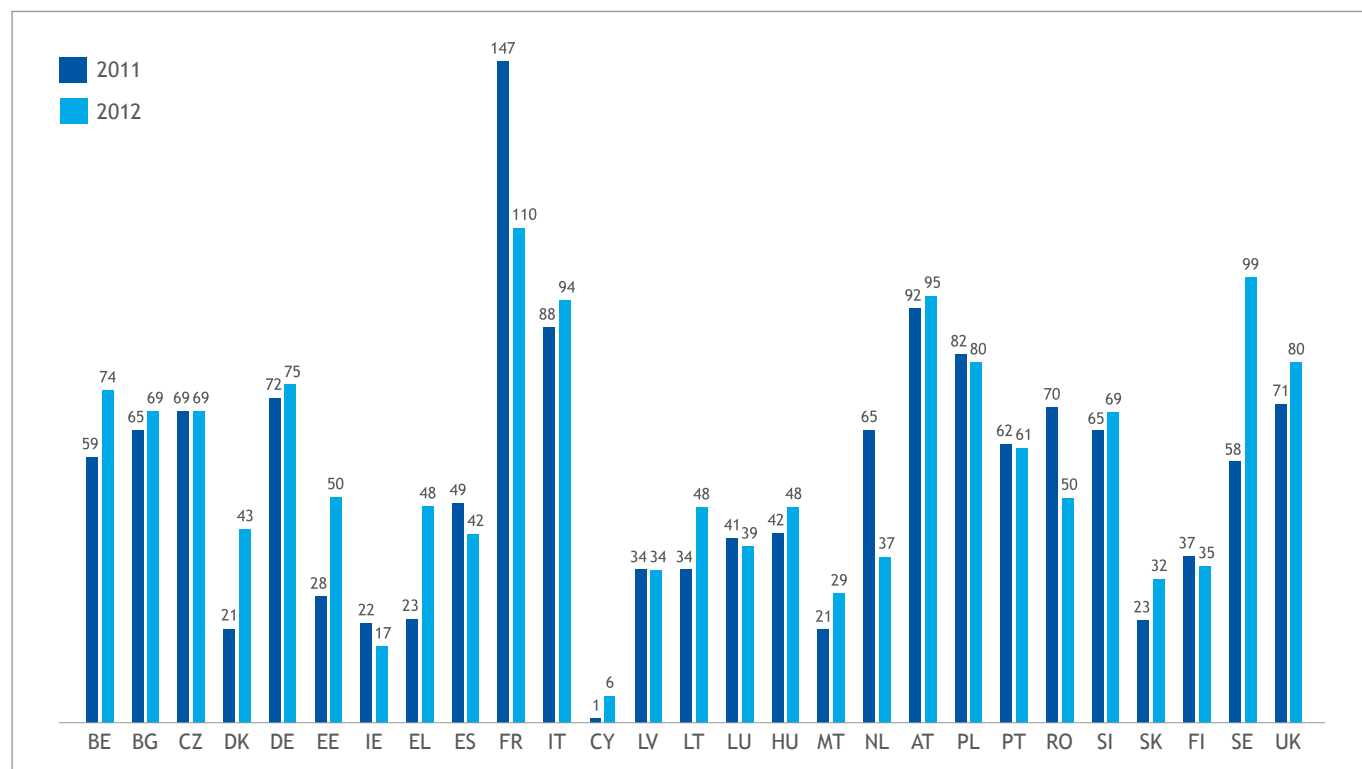


As áreas operacionais prioritárias adotadas pela Eurojust em 2012-2013 abrangem o tráfico de estupefacientes, o auxílio à imigração ilegal, o tráfico de seres humanos, o terrorismo, a fraude, a corrupção, o branqueamento de capitais, a cibercriminalidade, as infrações penais lesivas dos interesses financeiros da União Europeia e outras atividades relacionadas com a presença de grupos criminosos organizados no seio da economia.

O gráfico reflete o número de vezes que os tipos de criminalidade pertencentes às áreas prioritárias, bem como outros tipos de criminalidade, foram identificados nos casos registados na Eurojust em 2011 e 2012. Um caso pode abranger mais de um tipo de criminalidade.

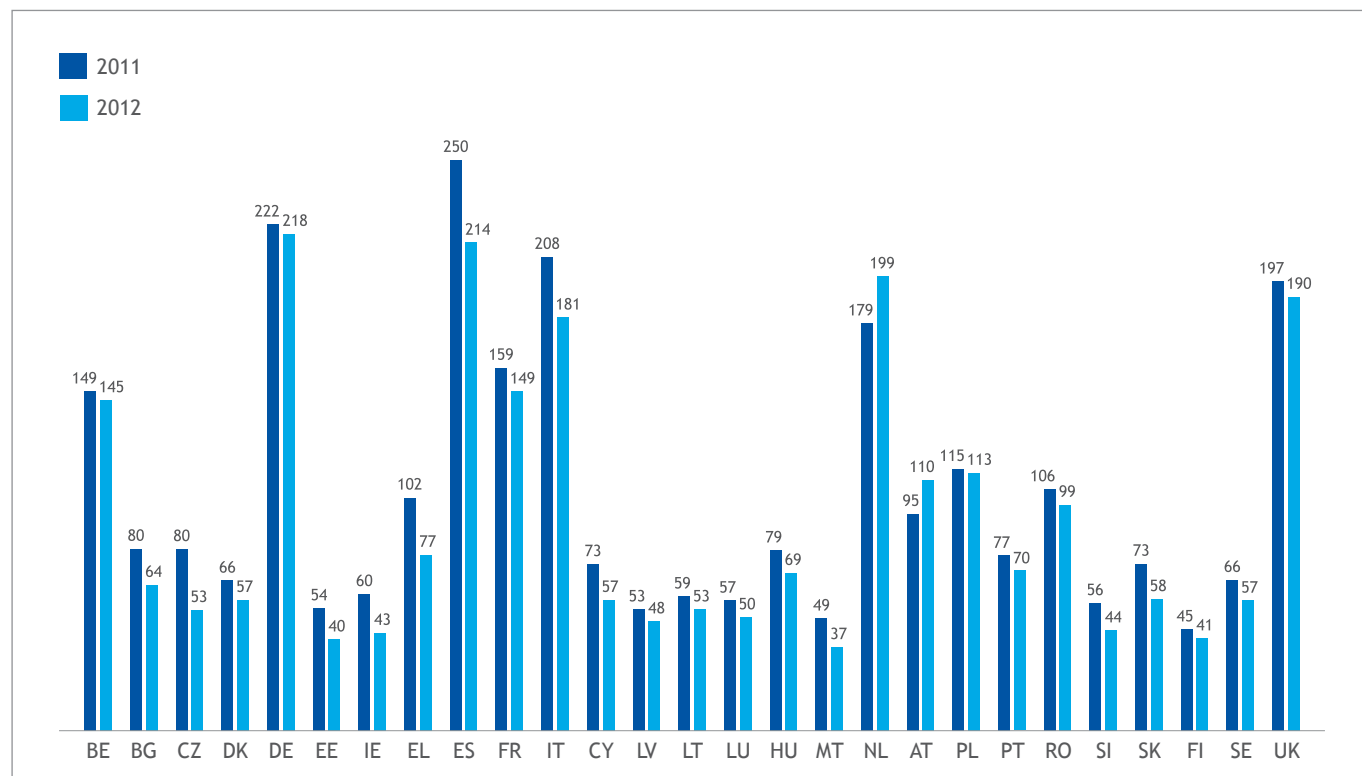
## Gráfico 7 - Casos da Eurojust por países requerentes

O gráfico indica, por Estado Membro, o número de vezes que a intervenção da Eurojust foi solicitada em 2011 e 2012.



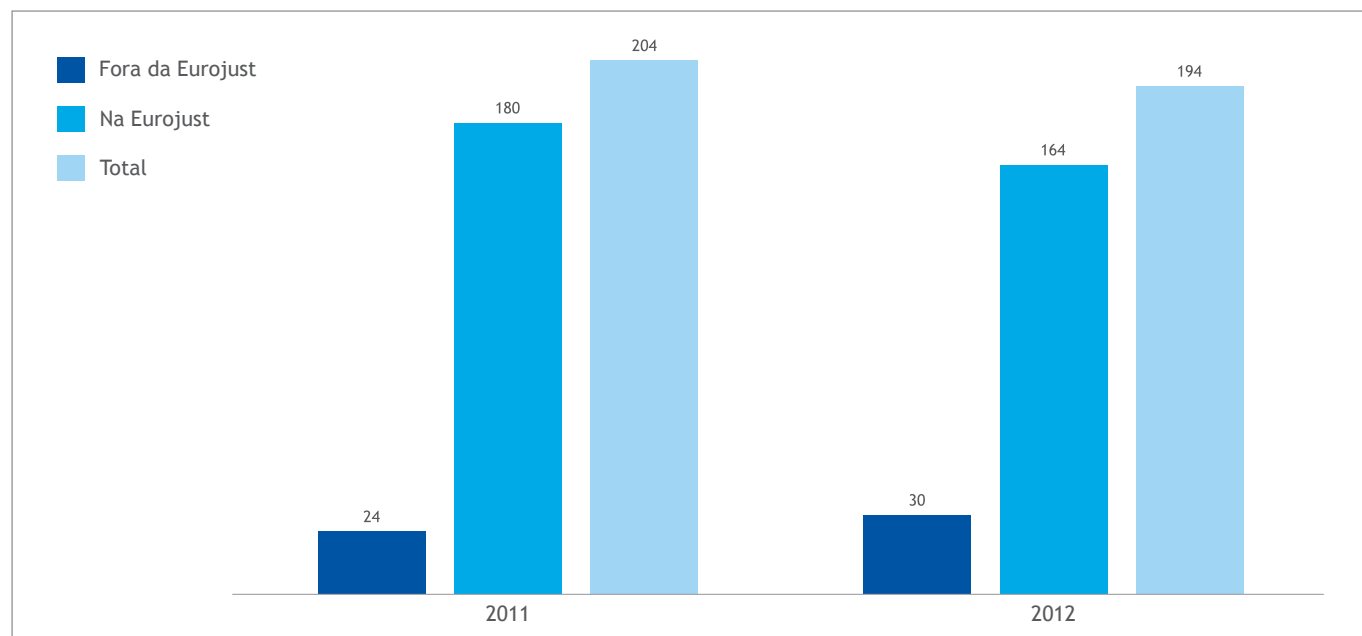
## Gráfico 8 - Casos da Eurojust por países requeridos

O gráfico reflete o número de vezes que a assistência das autoridades de cada Estado Membro foi solicitada através da Eurojust em 2011 e 2012.



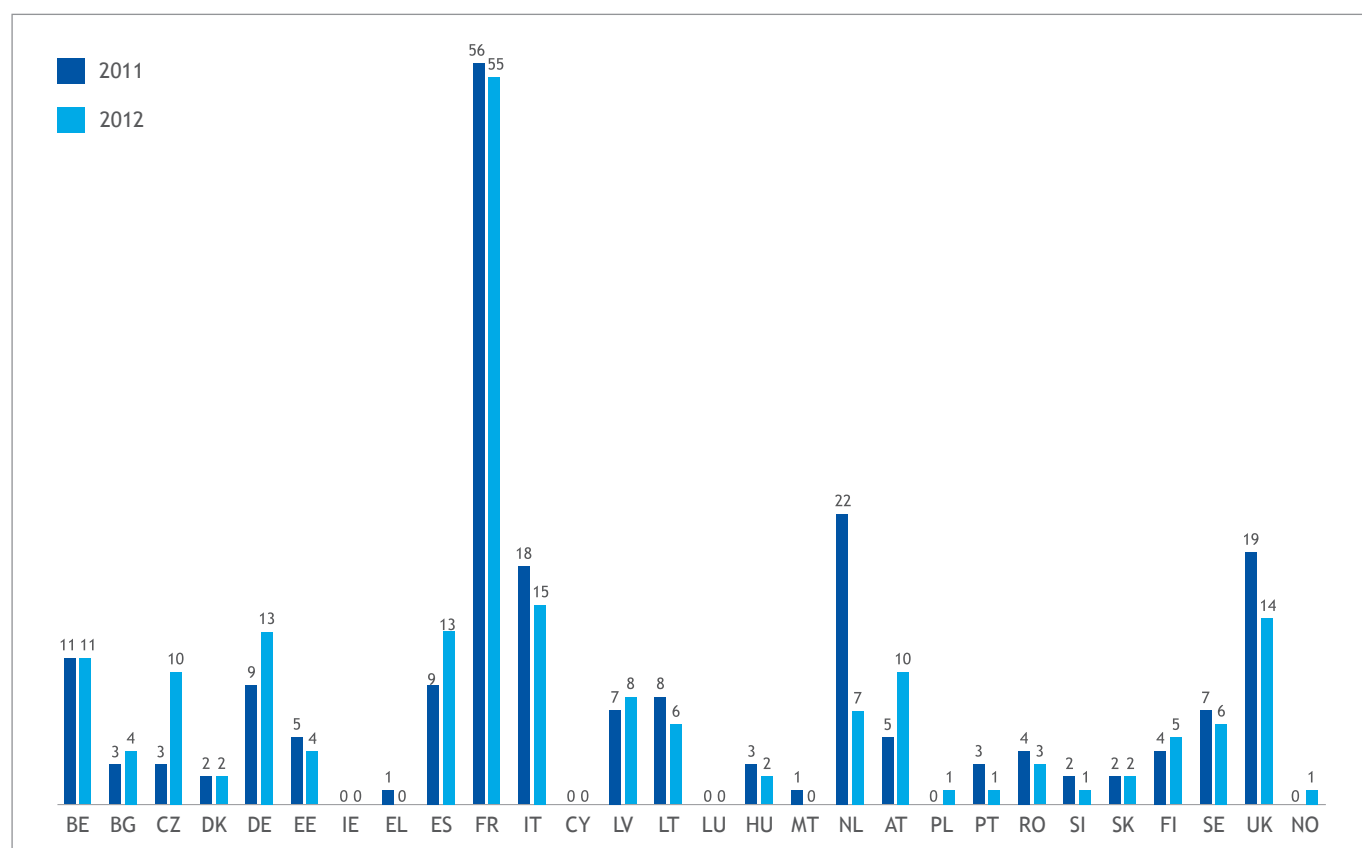
### Gráfico 9 - Número total de reuniões de coordenação

O gráfico reflete o número de casos que justificaram a realização de reuniões de coordenação. Estas são, normalmente, realizadas nas instalações da Eurojust, em Haia. Em determinadas situações, as reuniões de coordenação também têm lugar fora das instalações da Eurojust, num Estado Membro ou num Estado terceiro.



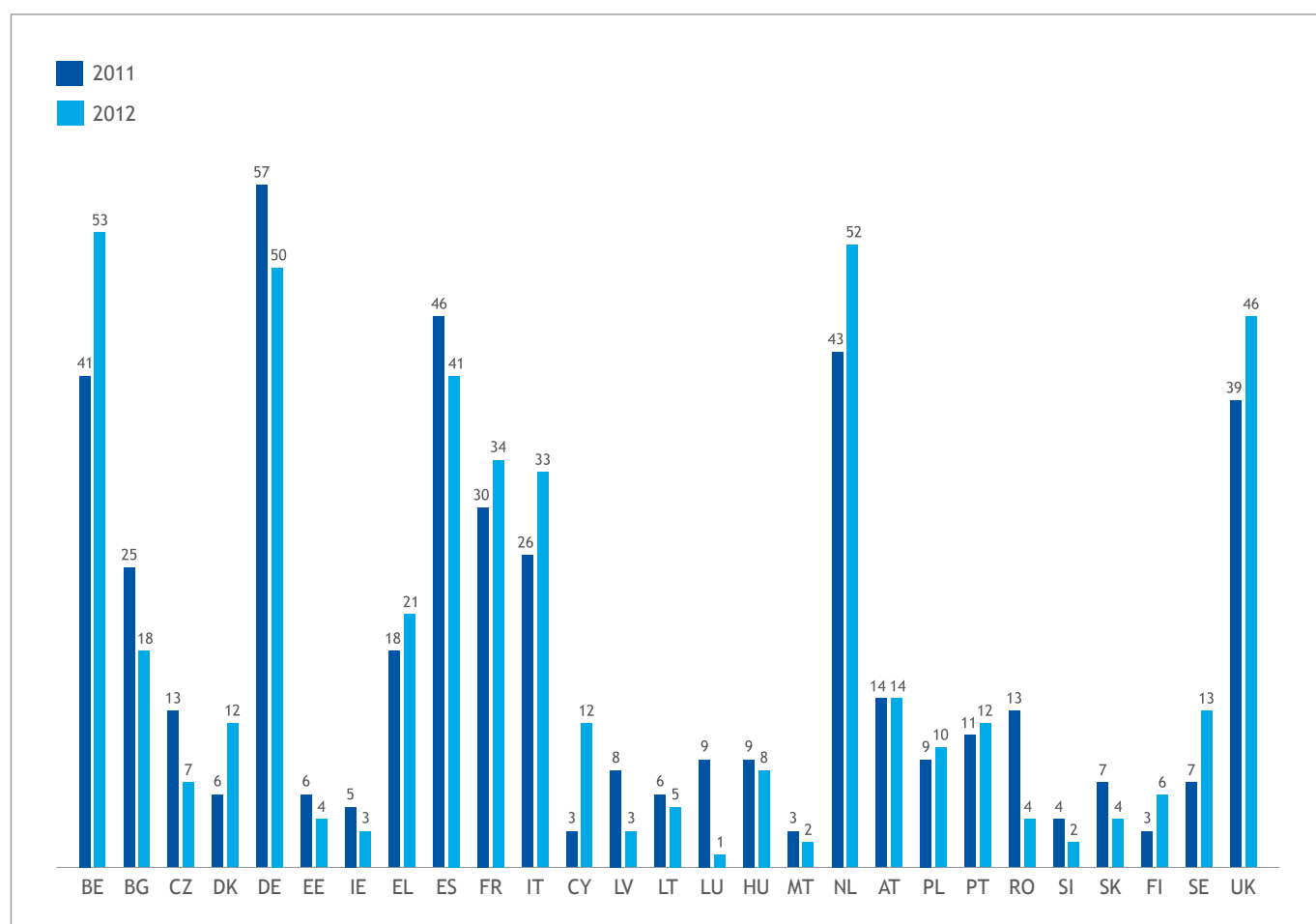
### Gráfico 10 - Reuniões de coordenação por países requerentes

O gráfico reflete o número de casos em que se realizaram reuniões de coordenação na sequência de um pedido de assistência de um Estado Membro ou de um Estado terceiro.



## Gráfico 11 - Reuniões de coordenação por países requeridos

O gráfico reflete o número de vezes que as autoridades dos Estados Membros participaram em reuniões de coordenação da Eurojust em casos que exigiam tal coordenação, após terem sido solicitadas a prestar assistência.







© Eurojust, 2013

*Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou utilizada, independentemente da forma ou dos meios sejam eles gráficos, eletrônicos ou mecânicos, incluindo a cópia, o registo, a gravação ou sistemas de armazenamento de informações ou de recuperação, sem o consentimento da Eurojust.*

Edição:

Conceção gráfica/Edição assistida por computador:

Photos:

Deborah de Jonge, Jacalyn Birk

Michèle Wilks-Speer

Michel Mees, Joannes Thuy, Leen De Zutter





**EUROJUST**

Maanweg 174, 2516 AB The Hague, Netherlands

Phone: +31 70 412 5000 - E-mail: [info@eurojust.europa.eu](mailto:info@eurojust.europa.eu) - Website: [www.eurojust.europa.eu](http://www.eurojust.europa.eu)